REDE SOCIAL
CONSELHO LOCAL
DE ACÇÃO SOCIAL
DA FIGUEIRA DA FOZ

Plano de Desenvolvimento Social 2015

Figueira da Foz

ÍNDICE GERAL

Introdução ---------- **1**
- Desenvolvimento Social – Análise conceptual ---------- 1
- PDS – Plano de Desenvolvimento Social ---------- 2

Território ---------- **3**

Divisão Territorial Administrativa ---------- **5**

Demografia ---------- **6**
- Idosos sozinhos ---------- 9
- Habitação Social ---------- 12

Saúde ---------- **15**
- Consultas por habitante ---------- 16
- Médicos/as ---------- 16
- Enfermeiros ---------- 17
- Hospital Distrital da Figueira da Foz ---------- 19
- Centro de Saúde da Figueira da Foz ---------- 21
- População com dificuldades ---------- 24
- Centro de Respostas Integradas (CRI) ---------- 26

Educação ---------- **29**
- Analfabetismo, segundo o Censos em 2001 e 2011 ---------- 29
- Estabelecimentos de Ensino, segundo a natureza do estabelecimento, na Figueira da Foz 30
- Escolarização segundo o nível de ensino ---------- 31
- Resultados Escolares, retenção e desistência ---------- 32
- Abandono escolar ---------- 33

Ação Social ---------- **35**
- Rede de Serviços e Equipamentos /Respostas Sociais ---------- 35
- Rendimento Social de Inserção ---------- 36
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz ---------- 40
- Rede Interinstitucional de Apoio a Vítima de Violência Doméstica ---------- 50

Economia e mercado de trabalho ---------- **60**

Associativismo ---------- **67**

Análise SWOT ---------- **69**

Objetivos e Eixos Estratégicos de Intervenção ---------- **70**

Índice de Quadros e Figuras

Fig. 1 – Organização administrativa do concelho da Figueira da Foz, em 2013 ---------- 5

Fig. 2 – População Residente por localização geográfica em 2001, 2011 e 2013 ---------- 6

Fig. 3 – Variação da População Residente 2001-2011, no concelho da Figueira da Foz, segundo o grupo etário ---------- 7

Fig. 4 – Índice de Envelhecimento, Dependência de Idosos e Jovens por localização geográfica, em 2011 ---------- 8

Fig. 5 – População residente com 65 anos ou mais e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade a viver sós ou com outros do mesmo grupo etário, segundo o número de residentes, em 2011 ---------- 9

Fig. 6 – Alojamentos familiares de residência habitual e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade, por freguesia em 2011 ---------- 10

Fig. 7 – Alojamentos familiares de residência habitual e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade, por freguesia em 2011 ---------- 11

Fig. 8 – Alojamentos familiares de residência habitual com 1 pessoa com 65 ou mais anos de idade, por freguesia em 2011 ---------- 11

Fig. 9 – População residente total com 65 anos ou mais e indivíduos com 65 ou mais nos de idade que vivem sós ou com outros do mesmo grupo etário, por freguesia, em 2011 ----- 12

Fig. 10 – Habitação social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Buarcos ---------- 13

Fig. 11 – Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Tavarede ---------- 13

Fig. 12 – Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de S. Pedro ---------- 13

Fig. 13 – Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Vila Verde ---------- 13

Fig. 14 – Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Alhadas ---------- 13

Fig. 15 – Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Marinha das Ondas ---------- 14

Fig. 16 – Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, em diversos pontos do concelho ---------- 14

Fig. 17 – Médicas/os por município de residência, segundo a especialidade, em 2012 ---------- 16

Fig. 18 – Evolução entre 2005 e 2013 do número de Médicos por 1000 habitantes (N.º) residentes no concelho da Figueira da Foz ---------- 17

Fig. 19 – Evolução entre 2005 e 2012 do número de Enfermeiros/as por 1000 habitantes (N.º), residentes no concelho da Figueira da Foz ---------- 17

Fig. 20 – Evolução entre 2005 e 2012 do número de Enfermeiros/as, por local de trabalho ---------- 18

Fig. 21 – Total de Enfermeiros/as (N.º) ao serviço no Centro de Saúde da Figueira da Foz (R) ----- 19

Fig. 22 – Inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde da Figueira da Foz (N.º), em 31/12/2013 - 22

Fig. 23 – Evolução do total de utentes inscritos, 2011-2013 ---------- 22

Fig. 24 – Distribuição dos recursos humanos, segundo tipo de pessoal ao serviço, por Unidade Funcional, em 31/12/2013 (Indivíduo) ---------- 23

Fig. 25 – Consultas Médicas no Centro de Saúde da Figueira da Foz (N.º), total e por algumas especialidades, no triénio 2010-2012 (Registos) ---------- 23

Fig. 26 – Consultas Médicas no Centro de Saúde da Figueira da Foz (Nº), por algumas especialidades ---------- 24

Fig. 27 – Proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade (%) por Local de residência e Sexo, em 2011 ---------- 25

Fig. 28 – Distribuição dos utentes residentes no Município da Figueira da Foz, acompanhados pelas equipas do CRI de Coimbra, em 2014 ---------- 26

Fig. 29 – Distribuição dos utentes residentes no Município da Figueira da Foz, acompanhados pelo CRI de Coimbra, segundo o sexo e a faixa etária, em 2014 ---------- 27

Fig. 30 – Distribuição dos utentes residentes no Município da Figueira da Foz, acompanhados pelo CRI de Coimbra, segundo o nível de escolaridade, em 2014 ---------- 27

Fig. 31 – Distribuição dos utentes residentes no Município da Figueira da Foz, acompanhados pelo CRI de Coimbra, segundo o estado civil, em 2014 ---------- 28

Fig. 32 – Distribuição dos utentes residentes no Município da Figueira da Foz, acompanhados pelo CRI de Coimbra, segundo a situação profissional, em 2014 ---------- 28

Fig. 33 – Taxa de analfabetismo, segundo os Censos, 2001 e 2011 (%) ---------- 29

Fig. 34 – Estabelecimentos de ensino, na Figueira da Foz, segundo a natureza do estabelecimento 30

Fig. 35 – Números de alunos matriculados, segundo o nível de educação/ensino, por ano letivo, na Figueira da Foz ---------- 31

Fig. 36 – Escolarização segundo o nível de ensino na Figueira da Foz ---------- 31

Fig. 37 – Resultados Escolares – Taxa de Retenção e Desistência ---------- 32

Fig. 38 – Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011) 33

Fig. 39 – Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal ---------- 34

Fig. 40 – Pensionistas da segurança social (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual (2) ---------- 35

Fig. 41 – Taxa Potencial de Cobertura: infância e juventude, Novembro 2014 ---------- 35

Fig. 42 – Taxa Potencial de Cobertura: idosos, Novembro 2014 ---------- 36

Fig. 43 – Evolução do número de agregados familiares beneficiários de RSI, em 2014, na Figueira da Foz ---------- 37

Fig. 44 – Evolução do número de agregados familiares beneficiários de RSI, em 2014, por mês e localização geográfica de residência, na Figueira da Foz ---------- 37

Fig. 45 – Evolução do número de beneficiários de RSI, em 2014, por mês e localização geográfica de residência, na Figueira da Foz ---------- 38

Fig. 46 – Titulares beneficiários de RSI, por grupo etário, em Outubro de 2014, na Figueira da Foz ---------- 39

Fig. 47 – Beneficiários de RSI que iniciaram atividade profissional em 2014 ---------- 39

Fig. 48 – Contratos de Inserção por áreas de Inserção, em Outubro de 2014, na Figueira da Foz -- 40

Fig. 49 – Volume processual entre 2010 e 2014 ---------- 42

Fig. 50 – Crianças/Jovens acompanhados pela CPCJ da Figueira da Foz, por escalão etário e sexo, em 2014 ---------- 44

Fig. 51 – Crianças/Jovens acompanhados pela CPCJ da Figueira da Foz, por escalão etário e sexo, em 2014 ---------- 44

Fig. 52 – Crianças/jovens com deficiência, por escalão etário e sexo ---------- 44

Fig. 53 – Crianças/jovens acompanhadas dos 0 aos 5 anos, por apoio sócio educativo, em 2014 -- 45

Fig. 54 – Crianças e/ou jovens acompanhados, dos 6 aos 21 anos, por escolaridade, em 2014 ---- 46

Fig. 55 – Crianças acompanhadas, por modalidade de ensino, em 2014 ---------- 47

Fig. 56 – Crianças acompanhadas, por modalidade de ensino, em 2014 ---------- 47

Fig. 57– Tipo de medida provisória por escalão etário e sexo ---------- 48

Fig. 58 – Acordos de Promoção e Proteção celebrados, por Medida Definitiva, segundo o escalão etário e o sexo, em 2014 ---------- 49

Fig. 59 – Organização / Dinamização de Ações ---------- 52

Fig. 60 – Caracterização Vítima por escalão etário e sexo ---------- 52

Fig. 61 – Caracterização Vítima por tipo de violência ---------- 53

Fig. 62 – Caracterização Vítima por Freguesia de Residência ---------- 53

Fig. 63 – Caracterização do Agressor segundo a relação que tem com a vítima ---------- 54

Fig. 64 – N.º de Processos Instaurados por Tipo de Violência ---------- 55

Fig. 65 – N.º de Processos Instaurados por Faixa Etária ---------- 55

Fig. 66 – N.º de Processos Instaurados por Escolaridade ---------- 56

Fig. 67 – N.º de Processos Instaurados por Fonte de Rendimento ---------- 56

Fig. 68 – N.º de Processos Instaurados por Freguesia de Residência ---------- 57

Fig. 69 – N.º de Processos Instaurados por Tipo de Agressor ---------- 57

Fig. 70 – N.º de Processos Instaurados por Faixa Etária ---------- 58

Fig. 71 – N.º de Processos Instaurados por Escolaridade ---------- 58

Fig. 72 – N.º de Processos Instaurados por Fonte de Rendimento ---------- 59

Fig. 73 – Taxa de atividade total, segundo o sexo, por localização geográfica ---------- 60

Fig. 74 – População Residente Economicamente Ativa (sentido restrito) e Empregada, segundo o sexo e o ramo de atividade ---------- 61

Fig. 75 – População Residente Empregada, segundo o ramo de atividade ---------- 62

Fig. 76 – Taxa de Desemprego (%) por local de residência, à data dos Censos de 2001 e 2011 --- 63

Fig. 77 – Taxa de Desemprego (%) no concelho e freguesias da Figueira da Foz, à data dos Censos de 2001 e 2011 ---------- 63

Fig. 78 – Taxa de Desemprego HM (%) por freguesia, à data dos Censos de 2001 e 2011 ---------- 64

Fig. 79 – Desempregados, em Novembro de 2014, por sexo, no concelho da Figueira da Foz ------ 65

Fig. 80 – Desempregados, em Novembro de 2014, por Grupo etário, no concelho da Figueira da Foz ---------- 65

Fig. 81 – Desempregados, em Novembro de 2014, por nível de escolaridade, no concelho da Figueira da Foz ---------- 66

Fig. 82 – Desempregados, em Novembro de 2014, por tempo de inscrição no concelho da Figueira da Foz ---------- 66

Fig. 83 – Associações/Coletividades por freguesias em relação ao número total no concelho da Figueira da Foz ---------- 67

Fig. 84 – Tipologia das Associações/coletividades ---------- 68

Fig. 85 – Tipologia das Associações/coletividades ---------- 68

INTRODUÇÃO

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97, de 18 de novembro foi criado o Programa Rede Social, o qual veio impulsionar todo um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação de estratégias de intervenção social local, procurando envolver atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, os quais numa partilha de esforços visam contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social ao nível local.

O Decreto-lei nº 115/2006 de 14 de junho no seu artigo 3º veio consagrar os seguintes objetivos da Rede Social:

- Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- Promover o desenvolvimento social integrado;
- Promover um planeamento integrado e sistemático potenciando sinergias, competências e recursos;
- Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI);
- Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, contantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
- Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;
- Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

A Rede Social ao ter por base um trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica assenta em 6 princípios: subsidiariedade, integração, articulação, participação, inovação e igualdade de género procurando articular a intervenção dos diferentes agentes locais de forma a potenciar o desenvolvimento social local.

Desenvolvimento Social – Análise conceptual

A noção de desenvolvimento social, concretizado pela Cimeira de Copenhaga em 1995, reflete o objetivo central de contribuir para a igualdade de oportunidades e garantir condições de vida dignas e direitos de cidadania para todos. Esta ideia pressupõe a tomada de consciência coletiva dos problemas existentes, a mobilização dos atores sociais para a resolução dos mesmos e a promoção do desenvolvimento apoiado nas redes locais e nas forças endógenas que estas consubstanciam. A intervenção em rede constitui, assim, o motor dos processos de desenvolvimento social local.

O desenvolvimento social assenta nos seguintes pilares:

- Erradicação da pobreza, dando especial urgência às situações de pobreza absoluta;

- Promoção do emprego, generalizando o direito ao trabalho e dirigindo esforços para a redução do desemprego;

- Integração social, salientando-se a necessidade de implementação de medidas destinadas a reforçar a coesão social, reconhecendo a importância da família e da comunidade.

Deste modo, pressupõe-se uma noção de desenvolvimento sustentável que articula o desenvolvimento económico, social e ambiental, bem como a participação ativa e concertada dos atores interessados.

PDS - Plano de Desenvolvimento Social

O planeamento no domínio social é uma metodologia de investigação-acão que associa o conhecimento das especificidades dos problemas locais à intenção de promover uma mudança social. Deste modo, o Plano de Desenvolvimento Social constitui um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local. Tem em vista, tanto a produção de efeitos corretivos como também os efeitos preventivos gerados por um aumento da dinâmica institucional, visando a melhoria das condições de vida das populações. Pode-se dizer que o Plano de Desenvolvimento Social traça o retrato de uma situação social desejável mas realista, incluindo uma programação das etapas e estratégias a desenvolver para alcançar a situação. Este Plano orienta, assim, as respostas às necessidades individuais e coletivas, procurando vincular as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social do município. Torna-se, portanto, necessária uma conjugação de vontades e de políticas sociais direcionadas para diferentes domínios, tais como a habitação, a saúde, a educação, o emprego, a ação social e outras, dentro de uma conceção de desenvolvimento do território que contemple uma visão global, a participação dos cidadãos e o estabelecimento de formas dinâmicas de parceria.

Nesta perspetiva, o Plano de Desenvolvimento Social do município da Figueira da Foz será estabelecido para três anos e como forma de rentabilizar as linhas de financiamento existentes, a experiência adquirida e avaliação realizada no âmbito do Projeto Reagir (CLDS+), os objetivos estratégicos do presente Plano procurarão ir ao encontro dos Eixos contemplados na Portaria nº 179-B/2015 de 17 de junho, a saber:

Eixo 1 – Emprego, formação e qualificação;

Eixo 2 – Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil;

Eixo 3 – Capacitação da comunidade e das instituições.

O presente documento não se afigura como um instrumento rígido e inalterável, pelo contrário, deve ser passível de sofrer ajustamentos, sendo que a sua flexibilidade deve permitir a inclusão de novas iniciativas, novas metodologias e o envolvimento dos diferentes organismos públicos e entidades da sociedade civil implantados localmente no território.

TERRITÓRIO

O concelho da Figueira da Foz integra o conjunto dos oito concelhos que constituem a NUT III do Baixo Mondego (8 concelhos do distrito de Coimbra), uma das sub-regiões estatísticas da Região Centro de Portugal. Encontra-se delimitado pelos concelhos de Cantanhede a Norte, de Montemor-o-Velho e Soure a Este, de Pombal a Sul e o Oceano Atlântico a Oeste. Integra a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Ocupa uma área total de 379,4 Km^2, sendo por isso o segundo maior concelho na sub-região do Baixo Mondego, logo a seguir a Cantanhede. Trata-se de um concelho com relativa extensão litoral, banhado pelo Oceano Atlântico e que oferece cerca de 35 Km de costa arenosa, com exceção do Cabo Mondego, promontório na Serra da Boa Viagem, onde é possível encontrar arribas de 50 metros de altura. É um concelho atravessado pelo rio Mondego que marca o Vale (do Mondego), quer na sua paisagem, história, costumes e tradições, como também nas suas atividades económicas predominantes.

A Figueira da Foz apresenta-se como a segunda maior cidade do distrito de Coimbra, tendo adquirido uma importância funcional específica a par de outras cidades da Região Centro como Aveiro, Viseu, Guarda e Castelo Branco. Contudo, sobressai na Região Centro o designado "Eixo Coimbra – Figueira da Foz" por força da forte relação que entre estas duas cidades se estabeleceu ao longo do tempo, a qual saiu fortalecida com o crescimento da rede de acessibilidades viária e pela transformação da Figueira da Foz num centro turístico e balnear, com importantes segmentos ainda a explorar. A localização geográfica da sede do município da Figueira da Foz é um dos seus pontos fortes, distando 40 Km de Coimbra, 200 Km de Lisboa, 120 Km do Porto, 62 Km de Leiria e 79 Km de Aveiro.

Nesta ótica, o posicionamento geoestratégico da Figueira da Foz aliado à dinâmica económica em torno de sectores como a pasta de papel, o vidro, as energias renováveis ligadas ao mar, a logística e os transportes abrem-lhes perspetivas de desenvolvimento que urge potenciar. Exige-se, portanto, aos agentes locais e regionais, em particular, um forte empenho na economia do conhecimento, "baseado num crescimento sustentado, na qualidade e na inovação e orientado para aumentos significativos da produção de bens e serviços transacionáveis." (AIP, Relatório da Competitividade, 2012: 3)[1].

Consolida, ainda, a sua posição geográfica estratégica na Região Centro, entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, por ser um porto marítimo de importância histórica, desde o século XVIII, onde o maior rio exclusivamente português, o rio Mondego, encontra o mar, no Oceano Atlântico. O estuário junto à foz do rio Mondego, com cerca de 3,5 Km^2 de área, e o assinalável património ambiental envolvente, dinamiza economicamente o território, em termos agrícolas, industriais e de serviços turísticos e torna-o num potencial estratégico do ponto de vista hídrico, no que à fileira portuguesa da náutica e de recreio diz respeito.

[1] Associação Industrial Portuguesa, Relatório da Competitividade de 2012, www.aip.pt

Alvo de importante destaque a ilha da Morraceira, localizada precisamente na foz do rio Mondego, ilha de aluvião, com cerca de 600 hectares, que compreende extensões apreciáveis de sapais, salinas e aquaculturas ou pisciculturas. De assinalar que a exploração de sal no Estuário do Mondego foi, até tempos recentes, uma das principais atividades económicas da Figueira da Foz, marcando indiscutivelmente esta atividade de técnicas artesanais e os seus marnoteiros/marnotos a história, a cultura e a paisagem local.

Por seu turno, o turismo na Figueira da Foz continua a representar a nível económico, social e cultural a sua principal força motriz, ainda que atividades como a pesca, a indústria vidreira, a produção de celulose, a indústria de sal e a agricultura contribuam de forma determinante para o desenvolvimento económico do município e da região, consequentemente para a produção de riqueza. De notar que o crescimento/desenvolvimento da Figueira da Foz resultou, não só do movimento do porto marítimo, mas também graças à industria da construção naval, que teve momento prósperos ao longo da sua história.

Em termos geomorfológicos, o território do concelho da Figueira da Foz é marcado, em grande parte, por áreas aplanadas de reduzida altitude, destacando-se o plaino-aluvial do Mondego, os Vales do Foja e do Pranto e as planícies litorais predominantemente arenosas – as praias. No entanto, sobressai uma linha de relevos um pouco mais acidentados, que oscilam entre os 100 e os 250 metros, de orientação WNW-ESE, resultado de alguns afloramentos calcários, com destaque, na extremidade ocidental para a Serra da Boa Viagem (258 metros é a cota do vértice geodésico da Bandeira) e a Serra das Alhadas (153 m) na continuação a Leste desta linha de relevos mais acidentados.

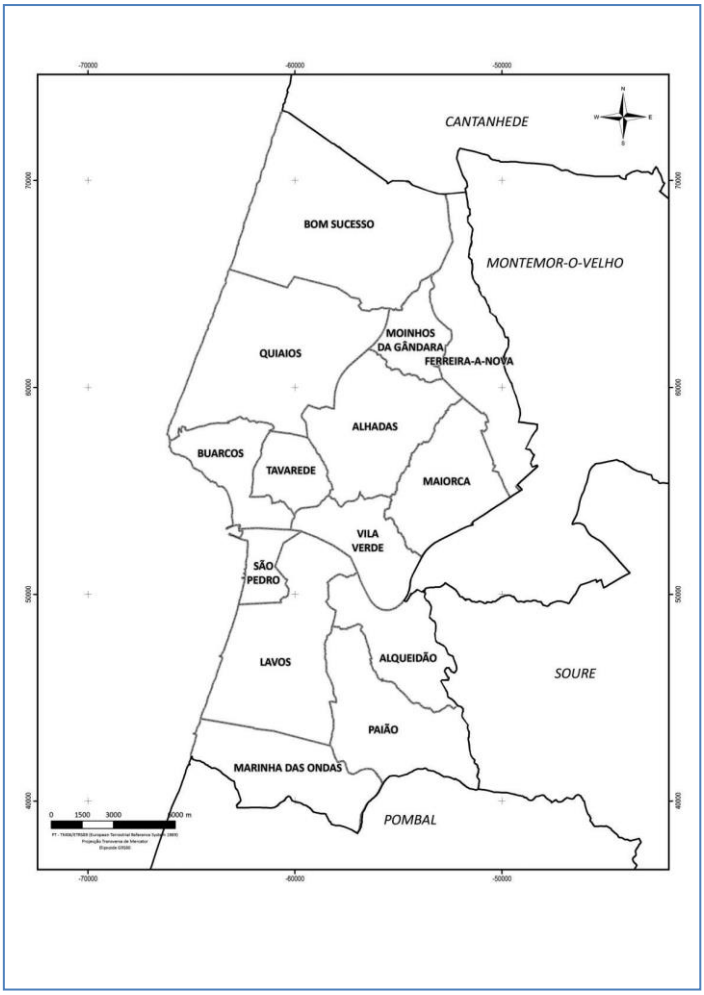
A Serra da Boa Viagem é, sem dúvida, a mais conhecida Serra Calcária de toda a região, estendendo-se por cerca de 6 km de comprimento. Segundo Rebelo a “Serra da Boa Viagem é como que o «ex-libris» da Figueira da Foz, tanto no seu perfil, como (…) na mata, bem visíveis do areal, da avenida marginal e de muitos pontos da cidade. Pelas suas formas de pormenor, pela frescura (…) e pelos seus miradouros, a Serra é o complemento natural da praia da Figueira da Foz.” (Rebelo, 1996: 376).

DIVISÃO TERRITORIAL ADMINISTRATIVA

Os 379,4 Km^2 de área concelhia da Figueira da Foz estão distribuídos, desde 2013 (CAOP – Carta Administrativa Oficial Portuguesa[2]), por 14 freguesias: Buarcos e S. Julião da Figueira da Foz, Alqueidão, Maiorca, Marinha das Ondas, Tavarede, São Pedro, Vila Verde, Bom Sucesso, Moinhos da Gândara, Alhadas, Ferreira-a-Nova, Lavos, Paião e Quiaios. São Pedro é a freguesia mais pequena, com cerca de 7 Km^2 e Bom Sucesso a maior, ocupando cerca de 60 Km^2.

Até 2012, o concelho da Figueira da Foz era constituído por 18 freguesias, das quais 4 integraram freguesias já existentes com a reorganização administrativa do território das freguesias. São elas: freguesia das Alhadas, que integrou Brenha, a freguesia de Ferreira-a-Nova que integrou Santana, a freguesia de Paião que inclui a Borda do Campo e, por último a freguesia urbana de Buarcos que abrange a ex-freguesia de São Julião da Figueira da Foz.

Fig. 1 – Organização administrativa do concelho da Figueira da Foz, em 2013



Fonte: Diário da República, https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2013/01/01901.pd

[2] Lei 11A/2013 de 28 de Janeiro: Reorganização administrativa do território das freguesias, Diário da República, I Série, Número 19, 552-(2) - 552-(148) in https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2013/01/01901.pdf

DEMOGRAFIA

Fig. 2 – População Residente por localização geográfica em 2001, 2011 e 2013[3]

	População Residente									Variação da população 2001-2011	
	2001			2011			2013			2001-2011	
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Nº	%
Figueira da Foz	62 601	2 9873	32 728	62 125	29 375	32 750	62 125	29 375	32 750	-476	-0,766
Alhadas	4 069	1 977	2 092	4 082	1 942	2 140	4 757	2 256	2 501	13	0,32
Alqueidão	1 963	931	1 032	1 752	843	909	1 752	843	909	-211	-10,75
Bom Sucesso	2 006	969	1 037	2 133	999	1 134	2 133	999	1 134	127	6,33
Borda do Campo	953	460	493	847	406	441				-106	-11,12
Brenha	951	466	485	912	425	487				-39	-4,10
Buarcos	8 051	3 830	4 221	8 602	3 999	4 603	18 454	8 406	10 048	551	6,84
Ferreira-a-Nova	1 678	805	873	1 488	716	772	2 477	1 184	1 293	-190	-11,32
Lavos	4 171	1 993	2 178	3 999	1 882	2 117	3 999	1 882	2 117	-172	-4,12
Maiorca	3 006	1 443	1 563	2 634	1 289	1 345	2 703	1 324	1 379	-372	-12,38
Marinha das Ondas	3 241	1 562	1 679	3 179	1 551	1 628	3 179	1 551	1 628	-62	-1,91
Moinhos da Gândara	1 376	661	712	1 265	594	671	1 265	594	671	-111	-8,07
Paião	2 404	1 145	1 259	2 268	1 047	1 221	3 115	1 453	1 662	-136	-5,66
Quiaios	3 118	1 528	1 590	2 901	1 413	1 488	3 042	1 482	1 560	-217	-6,96
São Julião	1 0848	4 912	5 936	9 686	4 329	5 357				-1 162	-10,71
Santana	1 146	542	604	1 058	503	555				-88	-7,68
São Pedro	2 705	1 335	1 370	2 910	1 421	1 489	2 910	1 421	1 489	205	7,58
Vila Verde	3 193	1 571	1 622	2 968	1 440	1 528	2 898	1 404	1 494	-225	-7,05
Tavarede	7 722	3 743	3 979	9 441	4 576	4 865	9 441	4 576	4 865	1 719	22,26

Fonte: Censos, INE

A partir da análise individualizada de cada uma das freguesias que constituem o concelho da Figueira da Foz, em 2011, as que registavam maior número de indivíduos residentes eram:

- S. Julião – 9686 habitantes;

- Tavarede – 9441 habitantes;

- Buarcos – 8602 habitantes;

- Alhadas – 4082 habitantes;

- Lavos – 3999 habitantes. Salientar que no conjunto estas cinco freguesias concentram mais de metade dos residentes do concelho da Figueira da Foz.

No extremo oposto e ainda reportando-nos a 2011 temos como freguesias menos populosos do concelho:

[3] Lei 11A/2013 de 28 de Janeiro: Reorganização administrativa do território das freguesias, Diário da República, I Série, Número 19, 552-(2) - 552-(148) in https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2013/01/01901.pdf

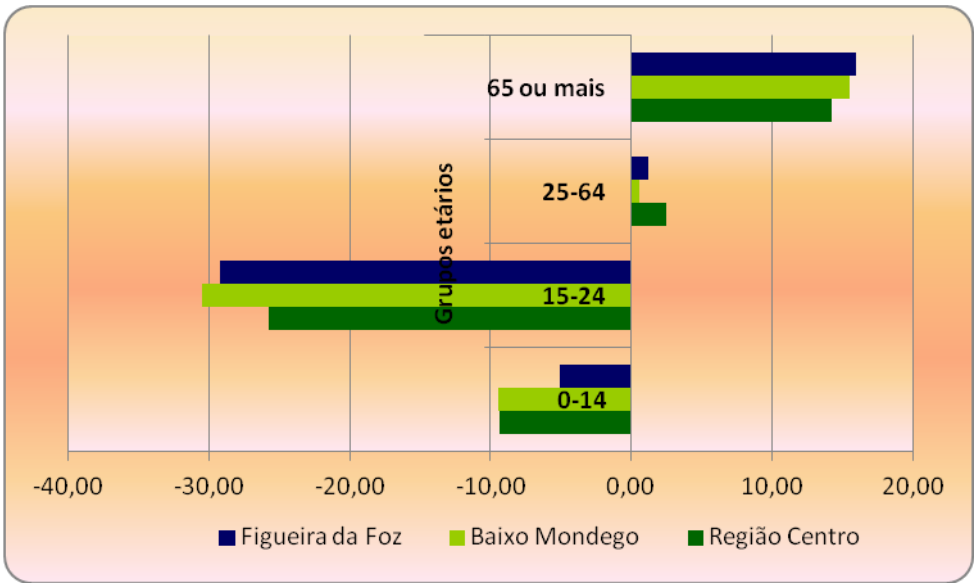
- Borda do Campo – 406 habitantes;

- Brenha – 425 habitantes;

- Santana – 503 habitantes. Um breve considerando relativo a estas três freguesias, à data de 2011, e que foram alvo da reorganização administrativa de 2013, integrando as atuais freguesias de Paião, Alhadas e Ferreira-a-Nova, respetivamente.

De acordo com o quadro anteriormente apresentado podemos verificar que, à semelhança do ocorrido com o município, e excetuando as freguesias de Tavarede, S. Pedro, Buarcos, Bom Sucesso e Alhadas, todas as restantes freguesias registaram uma variação negativa entre os dois momentos censitários (2001-2011).

Fig. 3 – Variação da População Residente 2001-2011, no concelho da Figueira da Foz, segundo o grupo etário



Fonte: Censos, INE

O gráfico acima apresentado reforça a tendência demográfica atual, onde se verifica um crescimento negativo dos grupos etários mais baixos, nomeadamente 0-14 anos e 15-24 anos e um acréscimo populacional nos escalões etários mais elevados, sendo aqui de destacar, o escalão etário dos 65 e mais anos.

Enquanto nas camadas populacionais mais jovens se verifica que existe um decréscimo populacional na Figueira da Foz, o qual é inferior aos valores apresentados pela Região Centro e Baixo Mondego, no grupo populacional entre os 25 e os 64 anos verifica-se um aumento superior ao registado no Baixo Mondego mas abaixo do verificado na Região Centro.

Ainda de acordo com o gráfico anterior, poderemos constatar que a Figueira da Foz apresenta um aumento do escalão etário com mais de 65 anos acima dos valores apresentados pelo Baixo Mondego e pela Região Centro.

Fig. 4 – Índice de Envelhecimento, Dependência de Idosos e Jovens por localização geográfica, em 2011

Unidade Territorial	Índice de Envelhecimento[4] %	Índice de dependência de idosos[5] %	Índice de dependência de jovens[6] %
Figueira da Foz	176,5	35,52	20,3
Alhadas	177,03	33,62	18,99
Alqueidão	256,04	52,22	20,39
Bom Sucesso	239,42	43,88	18,33
Buarcos	197,18	38,23	19,39
Ferreira-a-Nova	211,68	39,24	18,54
Lavos	208,47	41,88	20,09
Maiorca	222,84	36,38	16,33
Marinha das Ondas	155,85	34,95	22,43
Moinhos da Gândara	216,11	40,55	18,77
Paião	243,67	49,13	20,16
Quiaios	209,01	34,58	16,54
Tavarede	83,69	20,15	24,08
S. Pedro	140,23	32,13	22,91
Vila Verde	189,10	37,78	19,98

Fonte: INE, Censos 2011

Com exceção das Freguesias de Marinha das Ondas, Tavarede e S. Pedro todas as restantes apresentam um Índice de Envelhecimento acima do apresentado pelo Município da Figueira da Foz. Ainda dentro deste indicador destaca-se a freguesia de Tavarede como sendo aquela que regista um menor Índice de Envelhecimento e as freguesias de Alqueidão e Paião como aquelas que registam um maior Índice de Envelhecimento.

Relativamente ao Índice de Dependência de Idosos, dos dados acima apresentados, verificamos que apenas as freguesias de Alhadas, Marinha das Ondas, Quiaios, Tavarede e S. Pedro apresentam valores abaixo dos registados pelo município (35,52), sendo novamente as freguesias de Alqueidão e Paião aquelas que apresentam uma percentagem mais elevada.

No que toca ao Índice de Dependência de Jovens verificamos que as freguesias de Alqueidão, Marinha das Ondas, Tavarede e São Pedro surgem como aquelas que apresentam um Índice de Dependência de Jovens acima do apresentado pelo município sendo de destacar, uma vez mais, a freguesia de Tavarede, como sendo aquela que regista um maior índice (24,08%) prendendo-se estes valores com o facto de ser a freguesia mais jovem do município.

[4] **ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO:** Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas dos 0 aos 14 anos).

[5] **ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS:** Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos.

[6] **ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS**: Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

Idosos Sozinhos

A população idosa, isto é, com 65 ou mais anos, residente no Município da Figueira da Foz é de 14 169 pessoas, representando 22,8% da população total. Na última década o número de idosos cresceu, tendo em conta que a percentagem de idosos, em 2001, situava-se nos 19,5%. A realidade local está perfeitamente alinhada com os dados/a imagem do país. Assim, Portugal contabilizava, nos últimos Censos 2,023 milhões de pessoas idosas, valor que representava 19% do total da população residente, registando igualmente um acréscimo face aos Censos de 2001 de cerca de 19%. Acresce ainda que, segundo os últimos Censos, a Região Centro apresenta a segunda taxa mais elevada de população idosa do país com 26%.

Neste contexto, uma das questões que se coloca como preocupante, a nível nacional, é a que diz respeito aos idosos a viver sozinhos ou em companhia de outros idosos, fenómeno que se revela em crescente, em todas as regiões do país. O Instituto Nacional de Estatística revelava que, nos dados dos Censos 2011, 400.964 idosos vivem sozinhos e 804.577 na companhia exclusiva de outras pessoas com 65 ou mais anos, representando cerca de 60% da população idosa a viver nestas condições.

Fig. 5 – População residente com 65 anos ou mais e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade a viver sós ou com outros do mesmo grupo etário, segundo o número de residentes, em 2011

Unidade Territorial	População residente	População residente total com 65 ou mais anos (n.º)	Total de indivíduos com 65 ou mais anos vivendo sós ou com outros do mesmo grupo etário	
	N.º	N.º	N.º	%
Figueira da Foz	62 125	14 169	8 586	60,6
Alhadas	4 994	911	542	59,5
Alqueidão	1 752	530	341	64,3
Bom Sucesso	2 133	577	302	52,3
Brenha	912	183	103	56,3
Borda do Campo	847	252	156	61,9
Buarcos	18 288	1 862	1 110	59,6
Ferreira-a-Nova	2 546	353	231	65,4
Lavos	3 999	1 034	584	56,5
Maiorca	2 634	642	422	65,7
Marinha das Ondas	3 179	706	417	59,1
Moinhos da Gândara	1 265	322	185	57,5
Paião	3 115	652	358	54,9
Quiaios	2 901	696	425	61,1
Santana	1 058	265	157	59,2
S. Julião	9 686	2 547	1 720	67,5
Vila Verde	2 968	715	474	66,3
Tavarede	9 441	1 319	712	54,0
S. Pedro	2 910	603	347	57,5

Fonte: INE, Censos 2011

Fig. 6 – Alojamentos familiares de residência habitual e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade, por freguesia em 2011

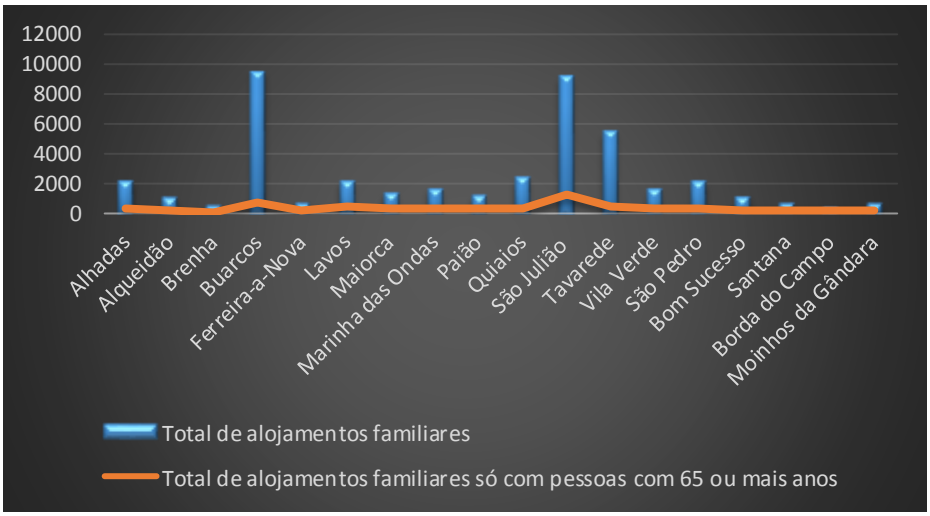
Unidade Territorial	Total de alojamentos familiares	Total de alojamentos familiares só com pessoas com 65 ou mais anos	Alojamentos com 1 pessoa com 65 ou mais anos
	N.º		
Figueira da Foz	43 220	5 679	2 842
Alhadas	2 107	359	182
Alqueidão	971	226	112
Brenha	469	69	35
Buarcos	9 542	733	364
Ferreira-a-Nova	650	149	69
Lavos	2 131	377	180
Maiorca	1 317	278	141
Marinha das Ondas	1 605	277	139
Paião	1 148	228	103
Quiaios	2 370	276	129
São Julião	9 160	1 185	660
Tavarede	5 390	468	229
Vila Verde	1 595	303	137
São Pedro	2 051	235	123
Bom Sucesso	1 077	198	95
Santana	623	104	52
Borda do Campo	402	98	44
Moinhos da Gândara	612	116	48

Fonte: INE, Censos 2011

Explorando, em particular, a situação dos alojamentos familiares de residência habitual e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade, no concelho da Figueira da Foz, os dados recolhidos no Recenseamento da População e Habitação, 2011 (INE) retratam a existência de 13,1% do total de alojamentos familiares só com pessoas com 65 anos ou mais, ou seja, 5679. Em cerca de metade desse valor, ou seja, 2 842 (6,57%) dos alojamentos reside apenas uma pessoa com 65 anos ou mais.

Buarcos e S. Julião são as freguesias do concelho da Figueira da Foz, em 2011, onde sobressaem os alojamentos com residentes idosos apenas ou sós, seguida das freguesias de Tavarede, Alhadas e Lavos.

Fig. 7 – Alojamentos familiares de residência habitual e cujos residentes são apenas pessoas com 65 ou mais anos de idade, por freguesia em 2011



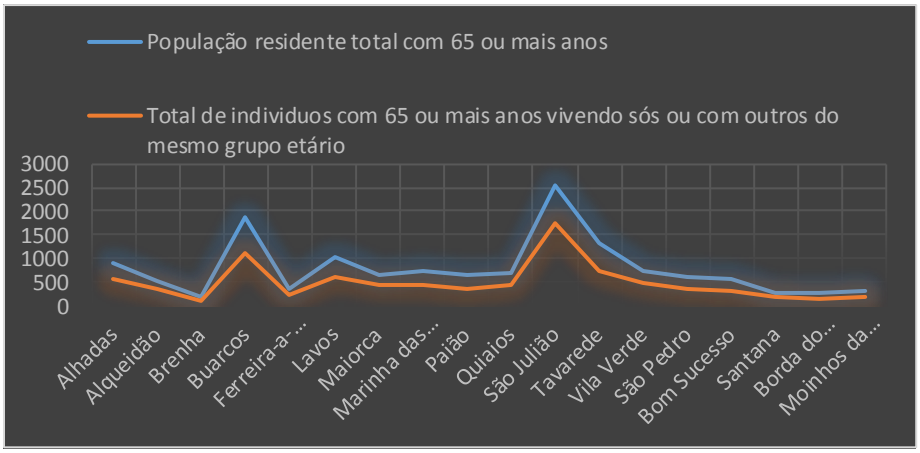
Fonte: INE, Censos 2011

Fig. 8 – Alojamentos familiares de residência habitual com 1 pessoa com 65 ou mais anos de idade, por freguesia em 2011

Fonte: INE, Censos 2011

No concelho da Figueira da Foz o cenário é muito idêntico ao que ficou retratado para o país. Deste modo, poder-se-á constar que da população residente com idade igual ou superior a 65 anos, 60,6% (ou seja, 8596 pessoas) vive só ou com outros do mesmo grupo etário. Observando ainda este fenómeno na perspetiva da freguesia, há que reconhecer a dimensão do problema na medida em que em todas as freguesias do Município, sem exceção, mais de metade dos seus idosos (pessoas com 65 ou mais anos) vivem sozinhos ou com os pares.

Fig. 9 – População residente total com 65 anos ou mais e indivíduos com 65 ou mais anos de idade que vivem sós ou com outros do mesmo grupo etário, por freguesia, em 2011



Fonte: INE, Censos 2011

Através do gráfico é evidente a situação das freguesias de Buarcos e de S. Julião (Censos 2011) como aquelas que se destacam de forma expressiva face às demais, não só em relação ao total da população residente com 65 ou mais anos como, similarmente, ao total de indivíduos que nesse grupo etário vivem sós ou com outros do mesmo grupo etário.

Habitação Social

A habitação social é definida pela Portaria n.º 828/88 de 29 de dezembro como habitação a custos controlados, ou seja, «As [que são] promovidas com o apoio financeiro do Estado, nomeadamente pelas câmaras municipais, cooperativas de habitação, empresas privadas e instituições particulares de solidariedade social, destinadas à venda ou ao arrendamento; [e] que obedeçam aos limites de área bruta, custo de construção e preço de venda fixados na presente portaria.» (Ponto 1.º da Portaria n.º 828/88 de 29 de dezembro).

O património habitacional do município é constituído, à data, por vários bairros sociais/núcleos e várias habitações isoladas, com diferentes tipologias, dispersas pelo concelho, sendo a gestão patrimonial e social dos mesmos da responsabilidade da Figueira Domus – Empresa Municipal.

Em Dezembro de 2014 foram referenciados 12 bairros sociais, no concelho da Figueira da Foz, nos quais viviam 1.530 habitantes, em habitações da Figueira Domus, E.M.. Observe-se, então, os dados relativos à distribuição dos bairros de habitação social pelas freguesias do Município da Figueira da Foz, nos quadros seguintes:

Fig. 10 – Habitação social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Buarcos

Freguesia	Bairro	N.º de casas	N.º habitantes		Total de habitantes
			M	F	
Buarcos	B. do Cruzeiro	6	6	6	12
	B. da Bela Vista	11	5	16	21
	B. Alto da Fonte	6	8	7	15
	B. dos Pescadores	15	17	19	36
	B. do Mártir Santo	31	38	49	87
	Total	69	74	97	171

Fonte: Figueira Domus, EM

Fig. 11 – Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Tavarede

Freguesia	Bairro	N.º de casas	N.º habitantes		Total de habitantes
			M	F	
Tavarede	B. da Quinta do Paço	62	57	80	137
	B. de Vila Robim	41	45	56	101
	Total	103	102	136	238

Fonte: Figueira Domus, EM

Fig. 12 – Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de S. Pedro

Freguesia	Bairro	N.º de casas	N.º habitantes		Total de habitantes
			M	F	
S. Pedro	B. Gala/Sidney	88	116	122	238
	B. do Hospital	24	19	21	40
	Total	112	135	143	278

Fonte: Figueira Domus, EM

Fig. 13 – Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Vila Verde

Freguesia	Bairro	N.º de casas	N.º habitantes		Total de habitantes
			M	F	
Vila Verde	B. da Quinta das Recolhidas	75	110	131	241
	Total	75	110	131	241

Fonte: Figueira Domus, EM

Fig. 14 – Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Alhadas

Freguesia	Bairro	N.º de casas	N.º habitantes		Total de habitantes
			M	F	
Alhadas	Bairro da Fonte Nova	102	150	165	315
	Total	102	150	165	315

Fonte: Figueira Domus, EM

Fig. 15 – Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, na freguesia de Marinha das Ondas

Freguesia	Bairro	N.º de casas	N.º habitantes		Total de habitantes
			M	F	
Marinha das Ondas	Bairro da Leirosa	95	129	143	272
	Total	95	129	143	272

Fonte: Figueira Domus, EM

Fig. 16 – Habitação Social, segundo o número de casas e habitantes, por sexo, em diversos pontos do concelho

Freguesia	Bairro	N.º de casas	N.º habitantes		Total de habitantes
			M	F	
----	Habitações Dispersas	6	10	5	15
	Total	6	10	5	15

Fonte: Figueira Domus, EM

Da análise dos quadros anteriormente apresentados, podemos verificar que existem 12 bairros sociais no município da Figueira da Foz, aos quais se juntam mais 6 habitações dispersas, fogos que na sua totalidade englobam 1530 habitantes.

A freguesia das Alhadas, mais concretamente o Bairro da Fonte Nova, surge como sendo aquela que acolhe um maior número de habitantes (315), seguido do Bairro da Leirosa com 272 habitantes.

SAÚDE

A promoção e proteção da saúde são essenciais para o bem-estar do ser humano e para um desenvolvimento económico e social sustentável. Esta premissa constituiu-se como orientação da ação há cerca de 30 anos pelos signatários da Declaração de Alma-Ata, que assinalaram que a Saúde para Todos contribuiria tanto para melhorar a qualidade de vida como também para a paz e segurança globais. Para alcançar tais ganhos em saúde, "os serviços de saúde são insuficientes, por si só, (…) [é fundamental] o papel das várias instituições e sectores de atividade na prevenção da doença e na promoção da saúde, principalmente nos países de maior vulnerabilidade económica e social." (Santana, 2009, p. 4).[7]

Porém, importa salientar um princípio fundamental da democracia – o direito à saúde. Trata-se em primeira instância de um direito humano, por excelência, tendo sido tornado explícito, em 1948, na Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), no artº 25º que afirma que "Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários […]" [8](Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

O direito à saúde está consagrado constitucionalmente, em Portugal pelo Artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa. Nele está consagrado a todos o direito à proteção da saúde, através de um Serviço Nacional de Saúde (SNS), universal e geral, em igualdade de circunstâncias com o dever que cabe a cada um de nós defender e promover a nossa saúde: "Artigo 64.º - Saúde 1. Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover. 2. O direito à proteção da saúde é realizado: a) Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito; b) Pela criação de condições económicas, sociais, culturais e ambientais que garantam, designadamente, a proteção da infância, da juventude e da velhice, e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular, e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo e de práticas de vida saudável. "[9]

Ao Estado português, enquanto garante dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, incumbe a responsabilidade de assegurar o direito à proteção da saúde, designadamente garantindo o acesso a todos os cidadãos aos cuidados de saúde da medicina preventiva, curativa e de reabilitação, em condições de igualdade, e em todo o país.

O acesso da população aos serviços de saúde, em Portugal, deve-se em grande medida à implementação do Serviço Nacional de Saúde (SNS, Lei n.º 56/79, de 15 de Setembro[10]) e das

[7] Santana, Paula (2009). *Por uma cidade saudável*, www.janusonline.pt
[8] https://dre.pt/comum/html/legis/dudh.html
[9] http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx - VII Revisão Constitucional, 2005
[10] Pela Lei n.º 56/79, de 15 de Setembro, do Ministério dos Assuntos Sociais, foi instituída uma rede de órgãos e serviços prestadores de cuidados globais de saúde a toda a população, através da qual o Estado salvaguarda o direito à proteção da saúde.
http://www.portaldasaude.pt/portal/conteudos/a+saude+em+portugal/servico+nacional+de+saude/historia+do+sns/historiadosns.htm

políticas de saúde, no país, nos últimos 40 anos, num ambiente de consolidação gradual da democracia política e social, ainda que com avanços e recuos ao longo do tempo.

Consultas por habitante

Segundo os dados obtidos através do Inquérito aos Centros de Saúde (INE-DGS/MS) e publicados em PORDATA (Última atualização: 2014-07-30), em 2012, cada habitante do concelho da Figueira da Foz frequentava em média 2,6 consultas por ano, valor inferior quando comparado com 1999, ano em que cada habitante fazia, em média, 3,1 consultas/ano. Observa-se, portanto, uma diminuição do número de consultas por habitante entre 1999 e 2012.

O rácio de 2,6 consultas/ano em 2012 é um valor que contrasta com a média do Baixo Mondego e da Região Centro, em que os valores superam as 3 consultas/ano por habitante (3,2 e 3,1, respectivamente), mas que se aproxima da média nacional, com 2,8 consultas/ano, em 2012.

Médicos

O total de médicos no município da Figueira da Foz, em 2012, era de 265, considerando os especialistas e os não especialistas. Comparativamente com 2011, ano censitário, houve uma oscilação positiva de 5 médicos (em 2011, existia um total de 260 médicos).

Fig. 17 – Médicas/os por município de residência, segundo a especialidade, em 2012

Unidade: N.º	Total	Não especialistas	Especialistas	Cirurgia geral	Estomatologia	Ginecologia e obstetrícia	Medicina geral e familiar	Oftalmologia	Ortopedia	Pediatria	Psiquiatria	Outras especialidades
Portugal	43 863	16 441	31 773	1 585	647	1 583	5 684	925	1 034	1 773	1 012	17 530
Centro	8 680	3 233	6 353	292	130	329	1 484	157	222	282	191	3 266
Baixo Mondego	4 365	1 569	3 306	138	78	207	451	101	128	135	134	1 934
Figueira da Foz	265	87	198	13	5	12	39	3	12	8	4	102

Fonte: Anuários Estatísticos Regionais, 2012

Dos 265 médicos no município da Figueira da Foz, em 2012, registavam-se 87 não especialistas e 198 especialistas, representando estes 74.7% do total de médicos. Das especialidades discriminadas no quadro, e considerando que 102 médicos estão incluídos na categoria “outras especialidades”, sobressaem 39 médicos de Medicina Geral e Familiar, 13 médicos de Cirurgia Geral e 12 médicos de Ginecologia e Obstetrícia em *ex aequo* com o número de médicos de Ortopedia (12).

Fig. 18 – Evolução entre 2005 e 2013 do número de Médicos por 1000 habitantes (N.º) residentes no concelho da Figueira da Foz

N.º Médicos por 1000 habitantes									
Figueira da Foz	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
	4,4	4,3	4,2	3,9	3,7	3,5	3,4	3,4	3,3

Fonte: INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde, Anual - INE

Como é observável no quadro, no concelho da Figueira da Foz, o número de médicos por cada mil habitantes tem vindo a registar um aumento gradual nos últimos anos, passando de 3,3 médicos em 2005 para 4,4 médicos em 2013.

Esta é uma tendência em total sintonia com os dados apurados para a realidade nacional, de acordo com o Plano Nacional de Saúde – Perfil de Saúde em Portugal, 2012-2016. Neste documento apresenta-se como explicação para esta tendência o facto de se ter registado um "aumento do número médio de consultas médicas nos hospitais" (PNS – Perfil Saúde em Portugal, 2012-2016, p. 18), uma vez que se manteve sem alteração significativa o número médio anual de consultas por habitante nos centros de saúde.

Enfermeiros

Enfermeiro é, segundo o INE, o Profissional de saúde que programa, executa e avalia cuidados gerais de enfermagem, requeridos pelo estado de saúde do indivíduo, família e comunidade, no âmbito da patologia, prevenção, tratamento e reabilitação da doença e do tipo de intervenção do serviço[11].

Fig. 19 – Evolução entre 2005 e 2012 do número de Enfermeiros/as por 1000 habitantes (N.º), residentes no concelho da Figueira da Foz

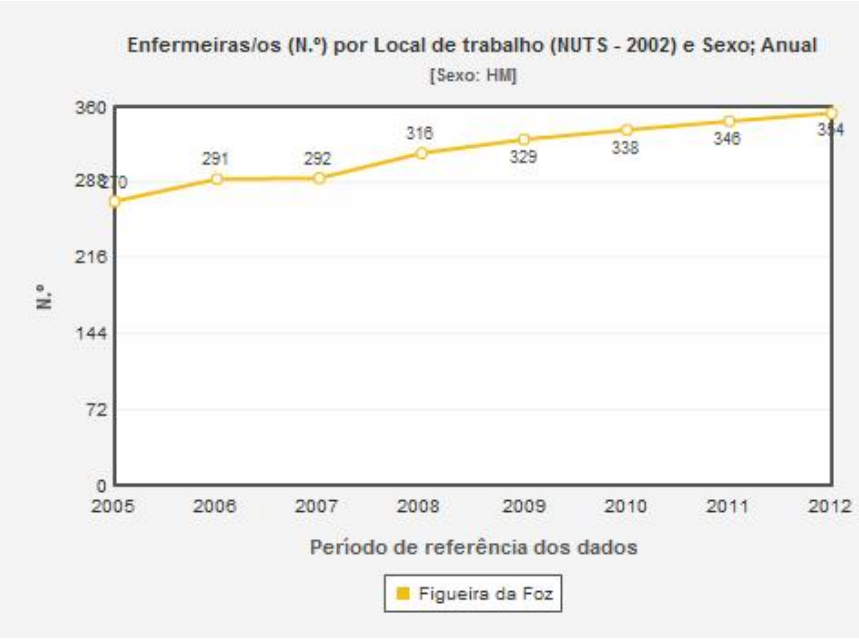
N.º de Enfermeiros por 1000 habitantes								
Figueira da Foz	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	4,3	4,6	4,6	5,0	5,2	5,4	5,6	5,8

Fonte: INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde, Anual - INE

Tendo como referência o quadro acima, verifica-se que em 2012 o município da Figueira da Foz contava com 5,8 enfermeiros/as por cada 1.000 habitantes. Este valor revela uma evolução francamente positiva quando comparado com o ano de 2005 (4,3 enfermeiros/1.000 habitantes).

[11] http://www.ine.pt

Fig. 20 – Evolução entre 2005 e 2012 do número de Enfermeiros/as, por local de trabalho



Fonte: INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde, Anual - INE

O cenário descrito anteriormente demonstra a importância do papel do enfermeiro nas atuais equipas de saúde. Trata-se de um elemento essencial a quem é reconhecida «competência científica, técnica e humana para a prestação de cuidados de enfermagem gerais ao indivíduo, família, grupos e comunidade, aos níveis da prevenção primária, secundária e terciária.» (n.º 2 do artigo 4.º do REPE – Regulamento do Exercício Profissional do Enfermeiro)[12].

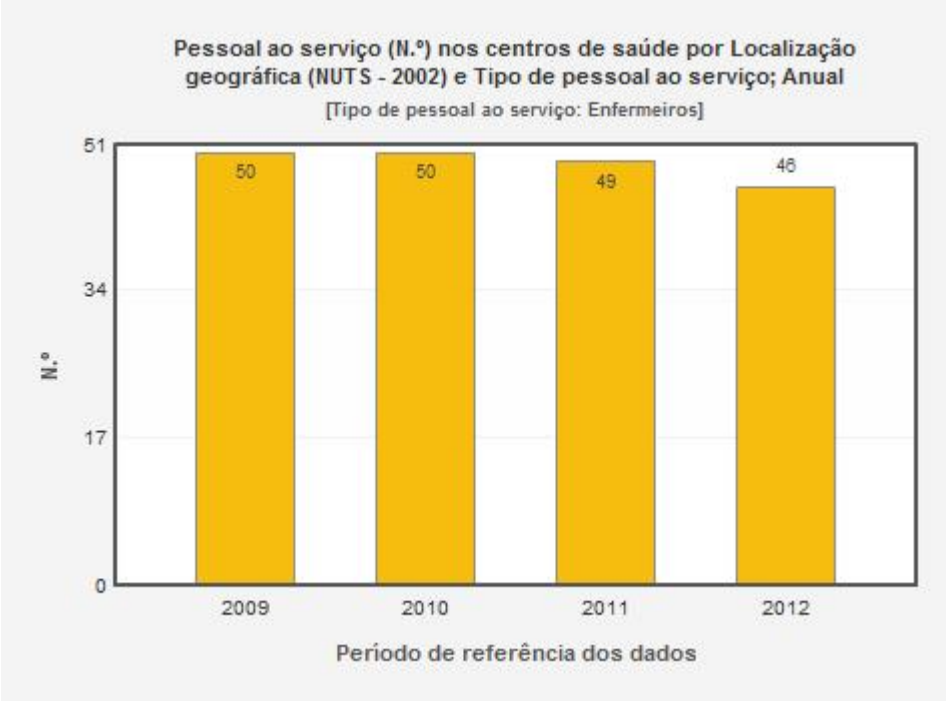
Assim, faz parte do principal objetivo do enfermeiro a prestação de cuidados de «enfermagem ao ser humano, são ou doente, ao longo do ciclo vital, e aos grupos sociais em que ele está integrado, de forma que mantenham, melhorem e recuperem a saúde, ajudando-os a atingir a sua máxima capacidade funcional tão rapidamente quanto possível.» (n.º 1 do artigo 4.º do REPE – Regulamento do Exercício Profissional do Enfermeiro)[13]. O exercício profissional da enfermagem assenta, portanto, numa forma de relacionamento interpessoal entre um enfermeiro e uma pessoa ou grupo, no caso da família ou da comunidade, que privilegia o desenvolvimento de atitudes humanizantes, que asseguram a dignidade e a integridade da pessoa cuidada. E não só, a intervenção dos profissionais de enfermagem prima pela disponibilidade, visão holística e integrada. Logo, a sua intervenção multifacetada e humanista, próxima dos cidadãos, concorre de forma indispensável para a definição das políticas de promoção da saúde e prevenção da doença.

Nesta perspetiva, parece fazer sentido realçar o paradigma dos cuidados de saúde de proximidade, nos quais o enfermeiro se constituiu como um dos seus pilares, aproximando os cidadãos do sistema de saúde e vice-versa, num contributo ativo que garante o acesso de todos, cidadãos, famílias e

[12] http://www.ordemenfermeiros.pt/AEnfermagem/Documents/REPE.pdf
[13] http://www.ordemenfermeiros.pt/AEnfermagem/Documents/REPE.pdf

comunidade, a cuidados de saúde qualificados. A este propósito realçar a recente legislação enquadradora da figura do "Enfermeiro de Família", com o Decreto-Lei n.º 118/2014 de 5 de Agosto, o qual define o enfermeiro de família como sendo «o profissional de enfermagem que, integrado na equipa multiprofissional de saúde, assume a responsabilidade pela prestação de cuidados de enfermagem globais a famílias, em todas as fases da vida e em todos os contextos da comunidade» (DL. n.º 118/2014, de 5 de Agosto)[14].

Fig. 21 – Total de Enfermeiros/as (N.º) ao serviço no Centro de Saúde da Figueira da Foz (R)



Fonte: INE, Inquérito aos Centros de Saúde, Anual (Última atualização destes dados: 27 de junho de 2014)

Hospital Distrital da Figueira da Foz

O Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E. está sedeado na Gala, freguesia de S. Pedro, concelho da Figueira da Foz.

Atualmente e segundo informação disponibilizada na página oficial, este Hospital tem como área prioritária de influência todo o concelho da Figueira da Foz. Abrange, de forma parcial, os concelhos limítrofes de Soure, Pombal, Montemor-o-Velho e Cantanhede e também o concelho de Mira, sem prejuízo do disposto pelas redes de diferenciação hospitalar, no contexto do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

É qualificado como Hospital Distrital em 20 de Março de 1972, por despacho do Secretário de Estado da Saúde e Assistência, ainda que a sua longa história remonte a 5 de dezembro de 1839, aquando da fundação da primeira unidade de tratamentos hospitalares, integrada na Santa Casa da

[14] http://www.ordemenfermeiros.pt/comunicacao/Documents/2014/DL118_2014_EnfFamilia.pdf

Misericórdia. Contudo, só em Maio de 1975 ocorre a transferência de todos os serviços da Santa Casa da Misericórdia para o novo estabelecimento Hospitalar.

Constitui-se o Hospital da Figueira da Foz como sociedade anónima a 10 de Dezembro de 2002, com capitais exclusivamente públicos, permanecendo com esta forma jurídica até 2005.

Através do Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro foi constituída pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de Agosto, e do artigo 18.º do anexo da Lei n.º 27/2002, de 08 de Novembro.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, em 2012 (com a última atualização destes dados a 09 de janeiro de 2014), o Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E é ó único hospital público sedeado no concelho da Figueira da Foz, não havendo nenhum hospital privado.

Tem como missão «a prestação de cuidados de saúde diferenciados de qualidade em articulação com os cuidados de saúde primários e com os demais hospitais integrados na rede do Serviço Nacional de Saúde, utilizando adequadamente os seus recursos humanos e materiais dentro dos princípios de eficácia e eficiência.»[15]

O Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E, é um hospital geral, de acordo com a modalidade de classificação do INE. Dispõe de um total de 144 camas, sem berçário. Está dotado de um conjunto de Serviços Clínicos e de Apoio, que dão suporte a todas as atividades que os seus profissionais desempenham, em dois edifícios, um mais antigo e outro recente, inaugurado em 2010, destinado à Consulta Externa no piso superior e à Urgência de Adultos e Pediátrica (acessos e circuitos separados), no piso inferior. Este edifício contempla também uma farmácia de venda ao público, florista, quiosque e bar.

O HDFF, E.P.E. organiza-se segundo três áreas distintas: os Serviços de Prestação de Cuidados, os Serviços de Suporte à Prestação de Cuidados e os Serviços de Gestão e Logística.

No âmbito dos Serviços de Prestação de Cuidados estão integrados os serviços, valências e unidades funcionais prestadoras de cuidados: Serviço de Anestesiologia, Serviço de Cirurgia, Serviço de Imagiologia, Serviço de Medicina Laboratorial (Imuno-hemoterapia/Patologia Clínica), Serviço de Especialidades Cirúrgicas (agrega as valências de Ginecologia/Obstetrícia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia e Urologia), Serviço de Especialidades Médicas (agrega as valências de Cardiologia, Dermatologia, Neurologia, Gastrenterologia e Pneumologia), Serviço de Medicina, Medicina Física e Reabilitação, Serviço de Ortopedia, e Serviço de Pediatria (agrega a unidade Funcional de Psiquiatria da Infância e Adolescência).

Os Serviços de Suporte à Prestação de Cuidados integram o Bloco Operatório, os Serviços Farmacêuticos, o Serviço Social, o Serviço de Esterilização e a Unidade de Nutrição e Dietética.

Segundo os dados disponíveis no Instituto Nacional de Estatística, em 2010 e 2011, em regime de ambulatório, registaram-se 97.324 e 93.683 consultas externas, respectivamente, no único hospital

[15] http://www.hdfigueira.min-saude.pt/Hospital/MissaoValores/?sm=1_1

público na Figueira da Foz. Como se poderá depreender dos números apresentados houve um decréscimo de 3.641 consultas externas. Contudo uma consulta ao Relatório e Contas referentes a 2011 do HDFF, E.P.E poder-se-á observar que, no geral, desde 2007 (2007 = 86.533 consultas externas) até 2010 tem vindo a aumentar o número total de consultas externas realizadas.

Centro de Saúde da Figueira da Foz

O Decreto-Lei n.º 28/2008 de 22 de Fevereiro criou os agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde, designados por ACES. Estes são serviços de saúde com autonomia administrativa, constituídos por várias unidades funcionais, que integram um ou mais centros de saúde.

Os ACES visam assegurar a prestação cuidados de saúde primários à população de determinada área geográfica. Para isso desenvolvem atividades de promoção da saúde e prevenção da doença, prestação de cuidados na doença e ligação a outros serviços para a continuidade dos cuidados. Desenvolvem, igualmente, atividades de vigilância epidemiológica, investigação em saúde, controlo e avaliação dos resultados e participam na formação de diversos grupos profissionais.

De acordo com a legislação referida, os ACES podem compreender as seguintes unidades funcionais: Unidade de saúde familiar (USF), Unidade de cuidados de saúde personalizados (UCSP); Unidade de cuidados na comunidade (UCC), Unidade de saúde pública (USP), Unidade de recursos assistenciais partilhados (URAP), Outras unidades ou serviços, propostos pela respetiva ARS, I. P., e aprovados por despacho do Ministro da Saúde, e que venham a ser considerados como necessários.

O ACES do Baixo Mondego entrou em funcionamento em 30/11/2012, com a publicação da Portaria n.º 394-A/2012 de 29 de novembro, e resulta da fusão dos ACES do Baixo Mondego I, do Baixo Mondego II e do Baixo Mondego III. Trata-se de um serviço desconcentrado da Administração Regional do Centro, I.P., ainda que sujeita ao seu poder e direção.

A área geográfica do ACES Baixo Mondego abrange os concelhos de Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Mortágua, Penacova e Soure.

Nesta sequência, integra os Centros de Saúde de Cantanhede, Celas, Eiras, Fernão de Magalhães, Norton de Matos, Santa Clara, São Martinho, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Mortágua, Penacova e Soure.

O Centro de Saúde da Figueira da Foz tem como área geográfica de influência as freguesias do Concelho da Figueira da Foz. Possui como unidades associadas:

- ✓ a **Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Figueira Norte**, com sede nas Alhadas e com 3 Unidades Descentralizadas: Bom Sucesso, Maiorca e Santana;
- ✓ a **Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Figueira Sul** com sede em Paião e com 3 Unidades Descentralizadas: Lavos, Marinha das Ondas e Cova Gala;

- ✓ a **Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Figueira Urbana**, com sede em Buarcos e com 3 Unidades Descentralizadas: Quiaios, Vila Verde e Brenha;
- ✓ a **Unidade de Saúde Familiar Buarcos**;
- ✓ a **Unidade de Saúde Familiar S. Julião**, ambas com sede na Figueira da Foz;
- ✓ a **Unidade de Cuidados na Comunidade Farol do Mondego**, destinada aos residentes do Concelho da Figueira da Foz.

Fig. 22 – Inscritos nas Unidades de Cuidados de Saúde da Figueira da Foz (N.º), em 31/12/2013

Unidade: n.º	Inscritos sem Médico de família (MF)	Inscritos sem Médico de família, por opção	Inscritos com Médico de Família	Soma Total dos Inscritos
UCSP Figueira da Foz Norte	1.288	4	8.813	10.105
UCSP Figueira da Foz Sul	3.063	7	10.675	13.745
UCSP Figueira da Foz Urbana	2.342	320	18.464	21.126
USF Buarcos	0	2	10.374	10.376
USF S. Julião	0	0	9.752	9.752
Total	**6.693**	**333**	**58.078**	**65.104**

Fonte: SIARS 31/12/2013 in BM-PD 2014 http://www.arscentro.min-saude.pt/

Como se pode constatar pela tabela anterior, em 31/12/2013 existiam 65.104 utentes inscritos no total das unidades funcionais do Centro de saúde da Figueira da Foz, o que significa que em 2013, existiam mais utentes inscritos do que residentes no concelho (INE - População residente freguesias CAOP2013 = 62125), apurando-se que a diferença se situa nos 2979 indivíduos.

Do total de utentes inscritos, uma elevada percentagem, 89,2%, tem Médico de Família. Dos restantes utentes inscritos, 10,3% não têm médico de família atribuído. Salientar ainda que dos dados apurados no quadro o maior número de utentes inscritos sem médico de família, por opção, se enquadra em meio urbano - UCSP da Figueira da Foz Urbana, com 320 utentes inscritos.

No triénio 2011-2013 houve um decréscimo considerável no número total de inscritos no concelho da Figueira da Foz, seguindo a tendência quer do Baixo Mondego, quer da Região Centro. Entre 2011 e 2013 registaram-se menos 5040 utentes no concelho, o que parece estar em consonância com as quebras demográficas já registadas.

Fig. 23 – Evolução do total de utentes inscritos, 2011-2013

Unidade Territorial	2011	2012	2013
Região Centro	1.924.649	1.907.274	1.774.533
Baixo Mondego	410.402	408.036	380.309
Figueira da Foz	70.144	69.130	65.104

Fonte: SIARS 31/12/2013 in BM-PD 2014 http://www.arscentro.min-saude.pt/

Fig. 24 – Distribuição dos recursos humanos, segundo tipo de pessoal ao serviço, por Unidade Funcional, em 31/12/2013 (Indivíduo)

Unidade Funcional	Médicos	Técnico Superior de Saúde	Técnico Superior	Enfermagem	TDT	Assistente Técnico	Assistente Operacional
UCSP Figueira Norte	6	0	0	7	0	7	4
UCSP Figueira Sul	8	0	0	9	0	8	4
UCSP Figueira Urbana	13	0	0	12	0	9	8
USF Buarcos	6	0	0	6	0	4	0
USF S. Julião	6	0	0	6	0	5	0
Total	**39**	**0**	**0**	**40**	**0**	**33**	**16**

Fonte: BM-PD 2014 http://www.arscentro.min-saude.pt/

O grupo profissional maioritário no Centro de Saúde é, de facto, o de pessoal de enfermagem, dado que reforça o peso destes profissionais, bem como a sua importância nas equipas multidisciplinares de saúde, no âmbito dos cuidados básicos de saúde de proximidade. Em termos de rácio, a cada enfermeiro/a cabe um total de 1627.6 utentes inscritos no Centro de Saúde da Figueira da Foz. Por seu turno, o grupo profissional de médicos representa 30.5 % do total dos recursos humanos afetos a este Centro de Saúde em 31/12/2013. Considerando o total de inscritos, cada médico abrange um total de 1669 utentes.

Segue-se o registo da atividade do Centro de Saúde, relativamente ao total de consultas médicas realizadas no triénio 2010-2013, assim como às consultas por algumas das especialidades que esta estrutura de saúde assegura à população, no âmbito dos cuidados básicos de saúde.

Fig. 25 – Consultas Médicas no Centro de Saúde da Figueira da Foz (N.º), total e por algumas especialidades, no triénio 2010-2012 (Registos)

Figueira da Foz	2010	2011	2012
Total de consultas	149 029	143 922	162 003
Medicina Geral e Familiar	122 851	125 702	140 753
Planeamento Familiar	7 583	5 429	6 191
Pediatria	16 848	11 808	13 804
Saúde Materna	1 538	983	1 255

Fonte: INE – DGS/MS – Inquérito aos Centros de Saúde

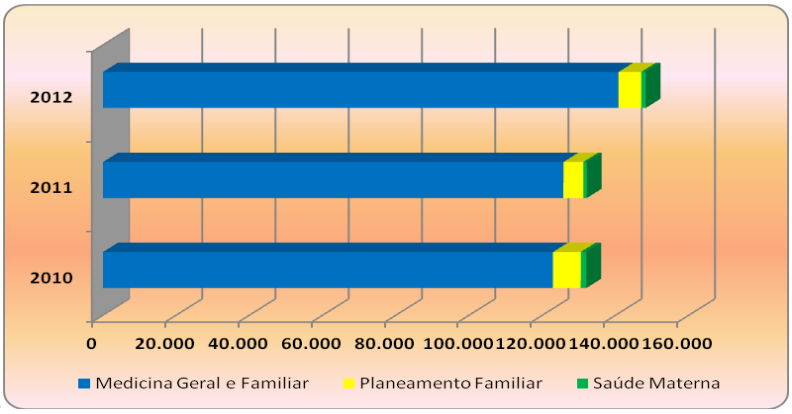
Em termos globais, os dados permitem afirmar que no triénio em análise regista-se um aumento substancial do número total de consultas realizadas entre 2010 e 2012 (12,6%) realidade que resulta do aumento do número de consultas médicas na especialidade de Medicina Geral e Familiar.

Dignos de registo, pela excecionalidade, os restantes casos. As consultas de Planeamento Familiar conheceram um decréscimo acentuado de 2010 para 2011, -2.095 consultas (-28,4%), não tendo acontecido a total recuperação de 2011 para 2012, com apenas mais 762 consultas, o que representou um aumento de apenas 14,0%. No caso da Pediatria, houve uma quebra de -29,9% das consultas, entre 2010 e 2011, e apenas um aumento de 16,9% no período subsequente. A Saúde

Materna viveu situação semelhante às especialidades referenciadas, ou seja, uma quebra abrupta de -36,1% das consultas entre 2010 e 2011, recuperando 27,7% no período 2011-2012.

Graficamente, visualiza-se um claro predomínio das consultas de Medicina Geral e Familiar, na atividade global do Centro de Saúde da Figueira da Foz.

Fig. 26 – Consultas Médicas no Centro de Saúde da Figueira da Foz (Nº), por algumas especialidades



Fonte: INE – DGS/MS – Inquérito aos Centros de Saúde

População com Dificuldade

A abordagem que aqui se apresenta baseia-se essencialmente nos dados recolhidos pelos Censos de 2011, que caracterizam a população residente com dificuldades na realização de algumas atividades do dia a dia por motivos de saúde ou idade.

Deste modo, e de acordo com a Metainformação dos Censos de 2011 utilizar-se-ão indicadores tais como tipo e grau de dificuldades, o que torna a abordagem diferente relativamente aos utilizados nos Censos de 2001 que iam de encontro ao tipo de deficiência. Assim, temos como tipo de dificuldades "Ver", "Ouvir", "Andar e subir degraus", "Memória e concentração", "Tomar banho e vestir-se sozinho" e "Compreender os outros e fazer-se compreender". O "grau de dificuldades sentido" considerado pelos Censos 2011 e que será incluído na análise: "Não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação", "Tem muita dificuldade em efetuar a ação" e "Não consegue efetuar a ação".

Fig. 27 – Proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade (%) por Local de residência e Sexo, em 2011

Unidade Territorial	HM	H	M
	%		
Baixo Mondego	20,89	17,31	24,05
Figueira da Foz	21,62	17,71	25,10
Alhadas	24,61	20,03	28,72
Alqueidão	24,54	20,02	28,72
Brenha	23,38	19,76	26,54
Buarcos	19,50	15,63	22,84
Ferreira-a-Nova	25,84	21,48	29,75
Lavos	25,19	20,61	29,24
Maiorca	29,82	24,32	35,10
Marinha das Ondas	20,77	16,52	24,82
Paião	26,89	22,51	30,67
Quiaios	25,05	20,62	29,19
São Julião	19,02	15,06	22,18
Tavarede	14,15	12,02	16,14
Vila Verde	24,92	20,57	29,00
São Pedro	21,41	16,75	25,80
Bom Sucesso	24,19	20,37	27,53
Santana	25,15	22,11	27,86
Borda do Campo	29,30	25,32	32,87
Moinhos da Gândara	27,31	23,08	31,03

INE, Censos

Segundo a informação do quadro, destacam-se os seguintes dados:

- cerca de 22% da população residente no concelho referiu ter pelo menos uma dificuldade na realização de algumas atividades do dia-a-dia;
- esta dificuldade enunciada afeta maioritariamente as mulheres (25,10%);
- as freguesias em que pelo menos uma dificuldade, por motivos de saúde ou idade, tem maior incidência são: Maiorca (29,82%), Borda do Campo e Paião com 29,30% e 26,89%, respetivamente e Ferreira-a-Nova com 25,84%;
- as freguesias de menor incidências de pelo menos uma dificuldade na população residente são: Tavarede, com 14,15%, São Julião e Buarcos com 19,02% e 19,50%, respetivamente.

Na abordagem à população com dificuldade é de salientar que, no concelho da Figueira da Foz em 2011 (Censos), sobressaíram os seguintes aspetos, tendo em consideração o grau de dificuldade "tem muita dificuldade em executar a ação":

- a locomoção ("andar ou subir de degraus") surge como a principal dificuldade sentida pela população residente, afetando tanto homens como mulheres;

- as dificuldades ao nível da visão são notadas como uma dificuldade também muito frequente na população residente;

- a terceira dificuldade mais registada diz respeito à “memória ou concentração”;

Contudo, e como se poderá confirmar no quadro das dificuldades da população residente com idade igual ou superior a 65 anos, é efetivamente na população idosa que as dificuldades têm maior impacto, particularmente nos mais idosos, traduzindo por isso um maior nível de dependência e de necessidade de cuidados de saúde.

Centro de Respostas Integradas (CRI)

Os Centros de Respostas Integradas (CRI) são Unidades de Intervenção Local (UIL) dependentes das ARS e que coordenam a prestação de cuidados globais às pessoas com problemas de dependência de substâncias lícitas e ilícitas bem como aos seus envolventes, quer em regime de ambulatório, quer individualmente ou em dependência (CRI de Coimbra Boletim de Outono, 2014).

A Equipa de Tratamento da Figueira da Foz é uma Equipa Técnica Especializada em Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências constituída em 1998 e instalada no concelho desde Outubro de 2001, abrangendo o Município da Figueira da Foz e os Municípios Limítrofes (Montemor-o-Velho, Soure, Mira e Cantanhede). As suas áreas de intervenção abrangem a Prevenção, a Redução de Riscos e Minimização de Danos, o Tratamento e a Reinserção de utentes com comportamentos aditivos e dependências de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, dependência de jogo e outras formas de dependência (CRI de Coimbra Boletim de Outono, 2014).

O número total de utentes deste serviço, no concelho é de 428 (340 do sexo masculino e 88 do sexo feminino), distribuídos da seguinte forma:

Fig. 28 – Distribuição dos utentes residentes no Município da Figueira da Foz, acompanhados pelas equipas do CRI de Coimbra, em 2014

Equipa	Nº
Prevenção Coimbra	2
Prevenção Figueira da Foz	17
Tratamento Coimbra	24
Tratamento Figueira da Foz	385
Total	**428**

Fonte: CRI de Coimbra Boletim de Outono, 2014

Fig. 29 – Distribuição dos utentes residentes no Município da Figueira da Foz, acompanhados pelo CRI de Coimbra, segundo o sexo e a faixa etária, em 2014

Idade	Sexo		Totais
	Masc.	Fem.	
16-20	22	11	33
21-25	9	3	12
26-30	18	9	27
31-35	38	11	49
36-40	87	7	94
41-45	62	14	76
>= 46	104	33	137
Totais	**340**	**88**	**428**

Fonte: CRI de Coimbra Boletim de Outono, 2014

Tendo por base o quadro anteriormente apresentado verificamos que a maioria dos utentes acompanhados pelo CRI da Figueira da Foz são do sexo masculino (79%) sendo a faixa etária >= 46 anos aquela que engloba um maior número de utentes, seguida do escalão etário (36-40 anos).

O quadro acima chama ainda a atenção para o facto de no escalão 16-20 anos existirem 33 jovens acompanhados por esta estrutura da saúde, o que revela a importância da existência de um trabalho de prevenção primária a desenvolver junto da população em geral e de prevenção secundária, a desenvolver junto de alguns grupos específicos.

Fig. 30 – Distribuição dos utentes residentes no Município da Figueira da Foz, acompanhados pelo CRI de Coimbra, segundo o nível de escolaridade, em 2014

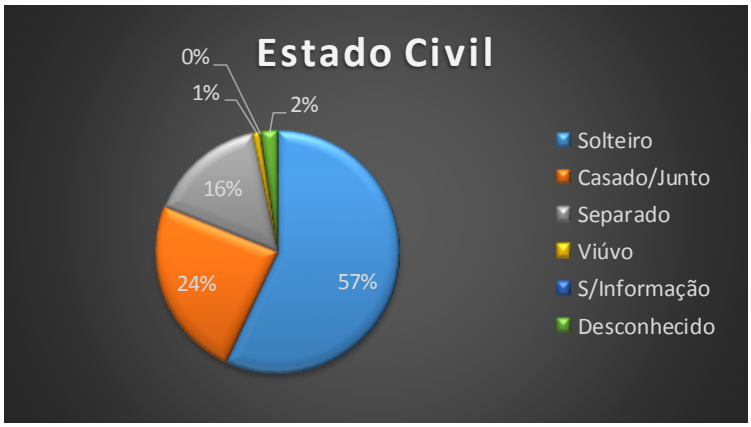
Habilitações Literárias	N.º Indivíduos
S/ Escolaridade	10
1.º Ciclo do Ensino Básico	55
2.º Ciclo do Ensino Básico	109
3.º Ciclo do Ensino Básico	155
Ensino Secundário	48
Frequência Universitária	10
Grau Universitário	10
S/ Informação	1
Desconhecido	30
Total	**428**

Fonte: CRI de Coimbra Boletim de Outono, 2014

Observando a distribuição dos utentes por grau de escolaridade verifica-se que a maioria tem o 3º ou 2º Ciclos do Ensino Básico completos.

Há ainda a destacar a existência de 10 indivíduos com frequência universitária e outros 10 com grau universitário concluído revelando, desta forma, que o consumo de substâncias aditivas é um fenómeno transversal.

Fig. 31 – Distribuição dos utentes residentes no Município da Figueira da Foz, acompanhados pelo CRI de Coimbra, segundo o estado civil, em 2014



Fonte: CRI de Coimbra Boletim de Outono, 2014

Analisando o estado civil dos utentes acompanhados verificamos que, na sua maioria, são indivíduos solteiros (57%), seguido dos casados/União de facto (24%), sendo que existe ainda uma percentagem significativa de indivíduos separados.

Fig. 32 – Distribuição dos utentes residentes no Município da Figueira da Foz, acompanhados pelo CRI de Coimbra, segundo a situação profissional, em 2014

Situação Profissional	N.º Indivíduos
Desocupado	193
Doméstica	2
Estudante	40
Reformado/Pensão Social	9
Trabalhador estável/Regular	135
Trabalho Ocasional	16
Outra situação	10
Desconhecido	22
S/Informação	1
Total	**428**

Fonte: CRI de Coimbra Boletim de Outono, 2014

A maioria dos utentes acompanhados pelo CRI de Coimbra segundo a situação profissional verificamos que na sua maioria são “desocupados” (193) seguido de “trabalhador estável/regular (135). No entanto, há ainda a destacar a existência de 40 estudantes, 22 desconhecidos e 9 reformados/pensão social.

EDUCAÇÃO

"*Educação é o caminho pelo qual homens e mulheres podem chegar a tornar-se conscientes de si próprios, de sua forma de atuar e de pensar, quando desenvolvem todas as suas capacidades considerando não apenas eles mesmos, mas também as necessidades dos demais*" (FREIRE, 1979, 40).

Nas sociedades contemporâneas, a educação continua a desempenhar um papel estruturante, enquanto processo de construção pessoal e social. A análise dos indicadores educativos contribui de forma relevante, mas não exclusivamente, segundo diversos estudos, para explicar a estreita correlação detetada entre educação, pobreza e exclusão social. Segundo o Relatório da EAPN – "*Indicadores sobre a pobreza*", atualizado em março de 2014, "*O risco de pobreza aumenta à medida que o nível de escolaridade diminui. Em 2011, 49.2% das crianças cujos pais detinham baixos níveis de escolaridade estavam em risco de pobreza, por comparação com 7.5% das crianças cujos pais detinham níveis mais elevados de escolaridade. Esta situação verifica-se em todos os Estados Membros*." (EAPN, 2014; http://www.eapn.pt/documentos_visualizar.php?ID=322).

Analfabetismo, segundo os Censos, 2001 e 2011

No conjunto das freguesias que constituem o concelho há a assinalar o decréscimo generalizado da taxa de analfabetismo, no período intercensitário analisado. A diminuição acentuada dos valores deste indicador quer no concelho, quer nas freguesias e que acompanham a tendência nacional reflete, em parte, o progresso nacional ao nível das qualificações na última década.

O concelho da Figueira da Foz apresentava, em 2011, uma taxa de analfabetismo de 5,99% superando o valor apurado no país, o qual registou na mesma data 5,2%.

Fig. 33 – Taxa de analfabetismo, segundo os Censos, 2001 e 2011 (%)

Unidade Territorial	2001	2011
Figueira da Foz	10,18	5,99
Buarcos	8,90	4,77
S. Julião	5,34	3,27
Tavarede	5,87	3,09
S. Pedro	9,21	4,53
Vila Verde	11,26	6,30
Alhadas	13,43	7,97
Brenha	6,14	3,57
Alqueidão	12,02	8,78
Ferreira	14,56	9,21
Santana	9,58	6,62
Lavos	12,85	7,97
Maiorca	16,18	9,93
Marinha das Ondas	13,22	8,18
Paião	10,90	7,59
Borda do Campo	16,01	10,59
Quiaios	11,55	5,29
Bom Sucesso	18,26	12,35
Moinhos da Gândara	15,58	10,37

Fonte: INE, Censos 2011

A tabela anterior compreende os valores referentes à taxa de analfabetismo aferidos nos Censos de 2001 e de 2011, por local de residência. Desde, logo, sobressai que, em 2011, eram as freguesias de Tavarede, S. Julião e Brenha aquelas que menores taxas de abandono registavam sendo que, por outro lado, surge em 1º lugar o Bom Sucesso, seguido da Borda do Campo e de Moinhos da Gândara como sendo aquelas que maiores valores registavam no período censitário em análise.

Estabelecimentos de ensino, segundo a natureza do estabelecimento, na Figueira da Foz

No ano letivo 2012/2013, segundo os dados publicados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, do Ministério da Educação e Ciência, foram contabilizados no município da Figueira da Foz 69 estabelecimentos de ensino, dos quais 51 estabelecimentos são de natureza pública e 18 estabelecimentos de ensino privados. Observando o quadro, isto é, nos últimos 4 anos letivos, confirma-se um decréscimo do número de estabelecimentos de ensino no concelho (-15, o que representa uma variação de -21,7%), contudo apenas nos estabelecimentos da rede pública de ensino.

Fig. 34 – Estabelecimentos de ensino, na Figueira da Foz, segundo a natureza do estabelecimento

Figueira da Foz	Ano Letivo			
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
	84	82	75	69
Público	66	64	57	51
Privado	18	18	18	18

Fonte: DGEEC, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, MEC, 2014

Refletindo as tendências demográficas, desde o ano letivo 2010/2011, que se tem verificando uma diminuição do número de alunos matriculados no município da Figueira da Foz, sendo essa diminuição transversal aos vários níveis de ensino, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário. No total e considerando os últimos 4 anos letivos, o concelho da Figueira da Foz registou -1914 alunos matriculados, dos quais -241 crianças no pré-escolar, -1176 crianças no ensino básico e -497 no ensino secundário.

Escolarização segundo o nível de ensino na Figueira da Foz

Fig. 35 – Números de alunos matriculados, segundo o nível de educação/ensino, por ano letivo, na Figueira da Foz

Figueira da Foz	Ano Letivo			
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
	10 596	**10 604**	**9 198**	**8 682**
Educação pré-escolar[16]	1 486	1 429	1 327	1 245
Ensino Básico[17]	6 678	6 939	5 812	5 502
1.º CEB	2 414	2 367	2 394	2 300
2.º CEB	1 399	1 969	1 264	1 191
3.º CEB	2 865	2 603	2 154	2 011
Ensino Secundário[18]	2 432	2 236	2 059	1 935

Fonte: DGEEC, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, MEC, 2014

Fig. 36 – Escolarização segundo o nível de ensino na Figueira da Foz

Figueira da Foz	Ano Letivo			
	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Taxa bruta de pré-escolarização	81,2	84,0	87,4	87,1
Taxa bruta de escolarização[19] – Ensino Básico	128,8	132,6	111,6	105,9
Taxa bruta de escolarização – Ensino Secundário	146,2	134,8	119,5	111,3
Taxa real de pré-escolarização	80,5	83,7	86,5	86,8

Fonte: DGEEC, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, MEC, 2014

Considerando um conjunto relevante de indicadores de escolarização da população na Figueira da Foz, de acordo com os dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação, segundo o nível de ensino, destaque para:

- um aumento da taxa bruta de pré-escolarização entre o ano letivo de 2009/2010 e 2012/2013, passando de 81,2% para 87,1%; em paralelo, um aumento da taxa real de pré-escolarização nos anos letivos considerados, ou seja, registando em 2009/2010 uma taxa de 80,5% e em 2012/2013

16 **EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR** – Subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico. Realiza-se em estabelecimentos próprios, designados por jardins de infância, ou incluídos em unidades escolares em que é também ministrado o ensino básico. A educação pré-escolar, no seu aspeto formativo, é complementar e/ou supletiva da ação educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

17 **ENSINO BÁSICO** – Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida ativa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

18 **ENSINO SECUNDÁRIO** – Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida ativa.
2,3,e,4 in Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2014), Regiões em Números 2012-2013, Vol. II – Centro, Lisboa, p. 21-23;

19 **Taxa bruta de escolarização** – relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, independentemente da idade e a população em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.
Taxa real de escolarização – relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo e a população residente dos mesmos níveis etários.
in Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2014), Regiões em Números 2012-2013, Vol. II – Centro, Lisboa, p. 21-23;

86,8%. Trata-se de um salto quantitativo que tem pautado a frequência do ensino pré-escolar, contribuindo para uma precoce socialização no e do contexto escolar o que trará, decerto, dividendos no que se refere ao percurso escolar subsequente que se revela cada vez mais prolongado.

- uma diminuição substancial da taxa bruta de escolarização no ensino básico entre 2009/2010 e 2012/2013, de 128,8% para 105,5%;
- uma diminuição dos valores da taxa bruta de escolarização no ensino secundário.

Resultados Escolares – Taxa de Retenção e Desistência

Fig. 37 – Resultados Escolares – Taxa de Retenção e Desistência[20]

	Ano Letivo			
	2009/2010	**2010/2011**	**2011/2012**	**2012/2013**
Ensino Básico	5,1	4,2	7,3	8,3
1.º CEB	2,1	1,6	2,9	3,1
2.º CEB	5,2	2,8	8,2	8,6
3.º CEB	9,2	8,7	12,5	14,4
Ensino Secundário	18,1	18,2	16,6	14,1

Fonte: DGEEC, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, MEC, 2014

A análise dos resultados escolares dos alunos da Figueira da Foz é apresentada nos dados do quadro, por meio da Taxa de Retenção e Desistência, a qual estabelece a relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte por razões de insucesso ou por ter ultrapassado o limite de faltas injustificadas e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

Relativamente ao Ensino Básico verificou-se, entre o ano letivo 2009/2010 e 2010/2011 um decréscimo na Taxa de Retenção e Desistência no entanto, entre o ano letivo 2010/2011 e o ano letivo 2012/2013 essa mesma taxa tem vindo a sofrer um aumento significativo.

No Ensino Básico importa salientar, também, a Taxa de Retenção e Desistência registada no 3º CEB que nos últimos anos letivos tem registado um significativo aumento, chegando a registar 14,4%, no ano letivo 2012/2013.

Em relação ao Ensino Secundário desde o ano letivo de 2010/2011 que se tem vindo a registar um gradual decréscimo da Taxa de Retenção e Desistência.

[20] **TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA** – Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.
DESISTÊNCIA – Situação do aluno que no final do ano letivo não se encontrava em condições de se inscrever no ano de escolaridade seguinte, por não ter frequentado até ao final o ano de escolaridade em que se encontrava inscrito.
RETENÇÃO – Consiste na manutenção do aluno abrangido pela escolaridade obrigatória, no ano letivo seguinte, no mesmo ano de escolaridade que frequenta, por razões de insucesso ou por ter ultrapassado o limite de faltas injustificadas.
in Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2014), Regiões em Números 2012-2013, Vol. II – Centro, Lisboa, p. 21-23;

Abandono Escolar

De acordo com o Relatório "Estado da Educação – 2013" do Conselho Nacional de Educação, as taxas de abandono escolar, em Portugal, diminuíram significativamente nas últimas décadas (1991-2011), passando de 12,6% para um valor quase residual, 1,7%. Importa, desde já clarificar que abandono escolar (taxa de) refere a "Razão entre população residente com idades compreendidas entre os 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, e a população residente com idades compreendidas entre os 10 e 15 anos, multiplicado pela base 100. Este é o indicador utilizado para aferir o grau de concretização da escolaridade obrigatória de 9 anos."[21]

No caso concreto da Figueira da Foz verifica-se, entre 2001-2011, um aumento da taxa de abandono escolar, de 1,59% para 2%, movimento contrário ao constatado na Região Centro e no Baixo Mondego, onde se confirma uma diminuição do abandono escolar. Avaliando a situação por freguesia, no caso considerando apenas as freguesias que se inscrevem na zona urbana, mediante os dados oficiais disponíveis no quadro abaixo, confirma-se um agravamento do abandono escolar, à semelhança do que acontece para a globalidade do concelho da Figueira da Foz, exceto na freguesia de Vila Verde.

Fig. 38 – Taxa de abandono escolar (%)[22] por Local de residência (à data dos Censos 2001 e 2011)

Unidade Territorial	Taxa de Abandono Escolar	
	2001	2011
Centro	2,19	1,40
Baixo Mondego	1,49	1,33
Figueira da Foz	1,59	2,00

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, http://www.ine.pt

Observando a taxa de abandono escolar por freguesia verificamos que é a freguesia de Moinhos da Gândara (4,05%) seguido da freguesia de Ferreira-a-Nova (4%) aquelas que maior taxa apresentam. No entanto, existe ainda um número significativo de freguesias que, em 2011, registaram uma taxa de abandono escolar acima daquela que foi apresentada pelo município, a saber: Alhadas, Alqueidão, Maiorca, Marinha das Ondas, S. Julião da Figueira da Foz, Tavarede e S. Pedro.

[21] http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/estado-da-educacao/937-estado-da-educacao-2013

[22] (População residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano/ População residente com idade entre 10 e 15 anos)*100

Fig. 39 – Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal

Unidade Territorial	2001	2011
	%	
Figueira da Foz	1,59	2,00
Alhadas	0,85	2,22
Alqueidão	1,98	2,25
Brenha	1,85	1,82
Buarcos	0,62	1,97
Ferreira-a-Nova	4,39	4,00
Lavos	4,04	0,46
Maiorca	0,56	2,10
Marinha das Ondas	3,03	2,08
Paião	0,97	1,56
Quiaios	0,51	1,95
São Julião	1,62	2,32
Tavarede	1,08	2,45
Vila Verde	2,3	1,11
São Pedro	1,64	2,30
Bom Sucesso	2,07	0,93
Santana	1,33	0,00
Borda do Campo	1,69	0,00
Moinhos da Gândara	0,00	4,05

Fonte: INE, Censos 2011

Tratando-se o abandono escolar de uma saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória (dentro dos limites etários previstos na lei), é consensual a ideia de que tal ocorrência condiciona, entre outros, a qualidade do capital humano, logo o acesso (ou não ao mercado de trabalho ou, ainda, o acesso a emprego precário), com as necessárias implicações daí decorrentes, enquanto obstáculo ao crescimento económico e ao aumento da produtividade e da competividade do tecido produtivo português. Portanto, o abandono escolar é, efetivamente, não só um problema social e político, mas também um problema económico, com custos elevados para as famílias e para o país. É, por isso, uma preocupação central, no âmbito das medidas prescritas no Acordo de Parceria para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) 2014-2020 o combate ao abandono escolar, ao abandono escolar precoce (18-24 anos) e particularmente no que se refere ao número de jovens que não estão em situação de emprego, de ensino nem de formação (designados no quadro das políticas comunitárias de NEET – "*Young people not in employment, education ou training*").

AÇÃO SOCIAL

A promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo da sociedade atual envolve a implementação de estratégias assentes em políticas sociais equitativas que, não só protejam os mais vulneráveis, crianças, idosos e deficientes, como reforcem o combate às desigualdades sociais. A pobreza e exclusão social são fatores que põem em risco a sustentabilidade do sistema social, sendo os mecanismos de proteção social fundamentais na manutenção dessa sustentabilidade.

De seguida apresentam-se alguns indicadores relativos à população abrangida por algumas medidas de proteção social, na Figueira da Foz.

Fig. 40 – Pensionistas da segurança social (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual (2)

Unidade Territorial	Anos			
	2013	2012	2011	2004
Figueira da Foz	19.551	19.449	19.168	17.061
	Pensionistas da segurança social por 1.000 habitantes em idade ativa (‰) por Local de residência (NUTS – 2002)			
	367,02	363,55	356,46	312,90

Fonte: http://www.ine.pt

É considerado pensionista o "*titular de uma prestação pecuniária de invalidez, velhice, doença profissional ou morte*"; assim, de acordo com os dados anteriormente apresentados, pode verificar-se que, entre 2004 e 2013, o município da Figueira da Foz tem vindo a registar um gradual aumento do número de pensionistas, indicador que acompanha o envelhecimento populacional registado.

Tal leitura surge reforçada com a análise dos pensionistas da segurança social por 1.000 habitantes cuja permilagem tem vindo igualmente a sofrer um gradual aumento ao longo dos anos em análise.

Rede de Serviços e Equipamentos/Repostas Sociais

Fig. 41 – Taxa Potencial de Cobertura: infância e juventude, Novembro 2014[23]

Figueira da Foz	População				Creche		Educação Pré-Escolar		CATL[24]	
	0-3 anos	3-5 anos	6-10 anos	11-16 anos	Capacidade	Tx Potencial Cobertura	Capacidade	Tx Potencial Cobertura	Capacidade	Tx Potencial Cobertura
Rede Solidária	1.864	1.557	2.739	3.532	**771**	**41,4**	**972**	**62,4**	**900**	**14,4**
Distrito Coimbra					4871	37,0	5037	48,4	7114	16,4
Rede Lucrativa					**36**	**1,9**	**0**	**0**	**25**	**0,9**
Distrito Coimbra					485	3,7	75	0,7	145	0,8

Fonte: ISS, IP/Centro Distrital de Coimbra, UDSP/NRS

[23] Não estão incluídos neste quadro os Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede lucrativa não licenciados pela Segurança Social.
[24] CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres.

Relativamente às respostas sociais dirigidas à infância, verificamos que na Rede Solidária as respostas de Creche e Educação Pré-Escolar apresentam uma Taxa Potencial de Cobertura acima da registada no Distrito de Coimbra, o mesmo não acontecendo em relação à Taxa Potencial de Cobertura relativa aos CATL´s, onde o Distrito de Coimbra dispõe de uma taxa superior à apresentada pelo município da Figueira da Foz. Esta diferença é de certa forma compensada pela oferta da Rede Lucrativa, surgindo o município da Figueira da Foz com uma taxa superior à registada pelo Distrito de Coimbra.

Fig. 42 – Taxa Potencial de Cobertura: idosos, Novembro 2014

Figueira da Foz	Pop. 65 e + anos	Centro Convívio		Centro de Dia		Centro de Noite		ERPI[25]		SAD[26]	
		Capacidade	Tx Potencial Cobertura	Capacidade	Tx Potencial Cobertura	Capacidade	Tx Potencial Cobertura	Capacidade	Tx Potencial Cobertura	Capacidade	Tx Potencial Cobertura
Rede Solidária	14.169	15	0,1	530	3,7	0	0,0	500	3,5	839	5,9
Distrito Coimbra		495	0,5	4908	5,0	55	0,1	4158	4,3	5804	5,9
Rede Lucrativa				0	0,0			288	2,0	40	0,3
Distrito Coimbra				0	0,00			975	1,0	373	0,4

Fonte: ISS, IP/Centro Distrital de Coimbra, UDSP/NRS

Relativamente à Taxa Potencial de Cobertura das respostas sociais da Rede Solidária, dirigidas aos idosos, verificamos que todas elas apresentam valores abaixo dos do Distrito de Coimbra, excetuando o Serviço de Apoio Domiciliário que apresenta a mesma taxa nas duas unidades territoriais de análise.

Observando a Rede Lucrativa verificamos que a Taxa Potencial de Cobertura relativamente à ERPI é o dobro da apresentada pelo Distrito de Coimbra, enquanto a taxa apresentada ao nível do SAD – Serviço de Apoio Domiciliário volta a ser superior no Distrito de Coimbra em relação à registada pelo município.

Rendimento Social de Inserção

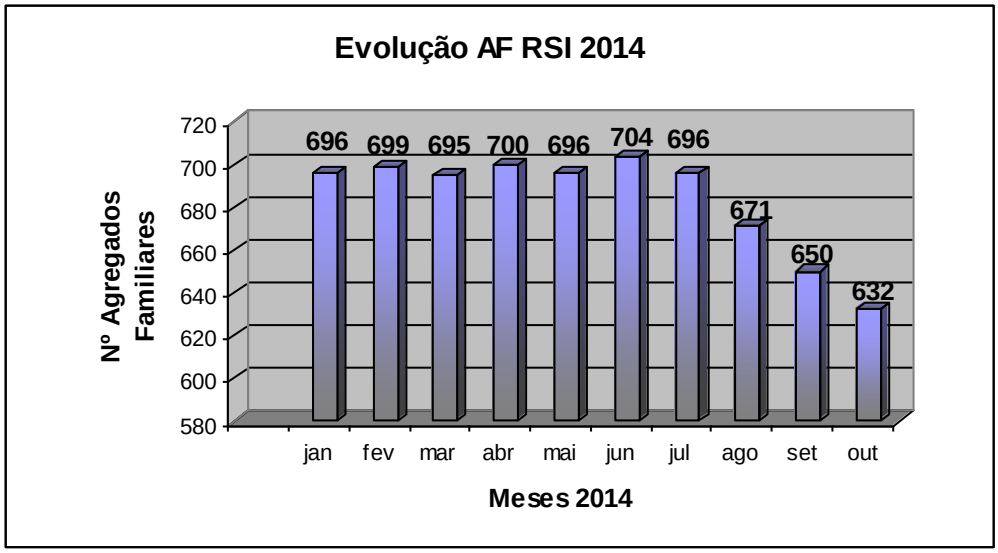
O RSI é uma medida de política social, criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social; implica a celebração de um contrato de inserção com o/a beneficiário e o seu agregado familiar, no sentido de promover a sua integração social e profissional, do qual constam um conjunto de deveres e direitos. O RSI constitui uma prestação pecuniária, para satisfação das necessidades básicas dos seus beneficiários.

O Decreto-lei n.º 133/2012, de 27/06, alterou substancialmente os diplomas anteriormente em vigor, trazendo consequências imediatas para os beneficiários desta prestação pecuniária, ao considerar no cálculo da referida prestação, elementos como o valor do património mobiliário, bens móveis sujeitos a registos e rendimentos prediais, entre outros requisitos.

[25] ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.
[26] SAD – Serviço de Apoio Domiciliário.

Os dados que se seguem retratam a situação do concelho da Figueira da Foz, em Outubro de 2014, relativamente aos beneficiários de RSI – Rendimento Social de Inserção procurando, sempre que possível, detalhar o nível de análise à escala da Freguesia.

Fig. 43 – Evolução do número de agregados familiares beneficiários de RSI, em 2014, na Figueira da Foz



Fonte: NLI da Figueira da Foz

Analisando a evolução do número de agregados familiares beneficiários de RSI, entre os meses de Janeiro e Outubro de 2014, é possível verificar que, após a manutenção de um número relativamente estável de agregados nos primeiros 7 meses do ano, observa-se uma diminuição significativa do número de agregados familiares beneficiários de RSI, decorrente da aplicação do novo diploma legal, supra referenciado.

Fig. 44 – Evolução do número de agregados familiares beneficiários de RSI, em 2014, por mês e localização geográfica de residência, na Figueira da Foz

Unidade Territorial	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.
Figueira da Foz	696	699	695	700	696	704	696	671	650	632
Alhadas	78	79	81	84	85	83	82	78	77	75
Alqueidão	7	7	7	7	6	6	5	5	5	5
Bom Sucesso	13	11	11	11	10	10	10	10	9	8
Brenha	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Buarcos	289	292	288	288	286	287	285	273	266	261
Ferreira-a-Nova	20	19	19	19	17	17	18	17	18	17
Lavos	21	19	20	19	20	21	21	21	21	21
Maiorca	13	14	13	16	16	15	15	17	13	13
Marinha das Ondas	22	21	21	22	21	20	21	19	20	18
Moinhos da Gândara	12	13	13	11	11	11	11	11	9	11
Paião	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7
Quiaios	15	15	15	13	13	13	10	9	12	12
São Pedro	61	63	60	58	59	62	59	59	55	53
Tavarede	96	98	98	99	97	103	102	100	95	90
Vila Verde	41	40	41	45	47	48	49	44	42	41

Fonte: ISS,IP – Centro Distrital Coimbra/ UDSP/ NIS

Observando a distribuição do número de agregados familiares beneficiários de RSI por local de residência, destacam-se os somatórios relativos às freguesias de Buarcos, seguida de Tavarede, S. Pedro e Vila Verde, como sendo aquelas onde residem um maior número de beneficiários.
(Note-se, contudo, que a freguesia de Alhadas, na Zona Norte do Concelho, regista maior número de agregados beneficiários desta medida, do que as freguesias de S. Pedro e de Vila Verde.)

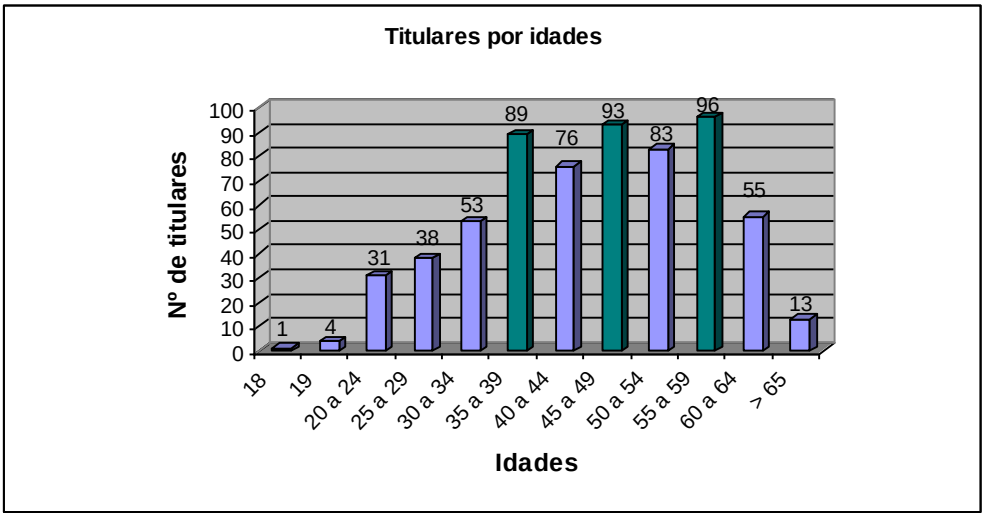
Fig. 45 – Evolução do número de beneficiários de RSI, em 2014, por mês e localização geográfica de residência, na Figueira da Foz

Unidade Territorial	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.
Figueira da Foz	1524	1537	1526	1536	1531	1548	1504	1439	1379	1335
Alhadas	194	197	201	209	210	200	196	183	178	168
Alqueidão	14	14	14	14	12	11	8	8	8	8
Bom Sucesso	24	23	21	21	20	20	19	19	16	14
Brenha	2	2	2	2	2	2	2	2	2	
Buarcos	542	551	542	540	538	547	536	509	496	478
Ferreira-a-Nova	37	36	36	36	29	33	38	37	38	37
Lavos	44	40	42	38	42	44	46	43	43	43
Maiorca	27	31	31	37	34	34	30	33	26	27
Marinha das Ondas	49	42	44	45	42	40	44	42	42	37
Moinhos da Gândara	32	37	37	31	31	30	30	30	22	28
Paião	9	9	9	9	10	10	10	10	10	10
Quiaios	33	33	34	26	25	23	17	16	21	21
São Julião da Figueira da Foz					1	1	1	1	1	1
São Pedro	169	170	157	154	160	164	148	151	145	141
Tavarede	247	258	264	264	262	271	261	251	229	222
Vila Verde	101	94	92	110	113	118	118	104	102	100

Fonte: ISS,IP – C Dist Coimbra/ UDSP/ NIS

A análise do número de beneficiários de RSI nas freguesias da malha urbana da Figueira da Foz permite reforçar a distribuição do número de agregados familiares beneficiários de RSI, como observado anteriormente. Confirma o maior número de beneficiários na freguesia de Buarcos ao longo de quase todo o ano de 2014 e o menor número, das quatro consideradas, na freguesia de Vila Verde.

Fig. 46 – Titulares beneficiários de RSI, por grupo etário, em Outubro de 2014, na Figueira da Foz



Fonte: NLI da Figueira da Foz

Tendo por base de análise os escalões etários dos titulares beneficiários de RSI verificamos que o escalão dos 55-59 anos, seguido dos escalões 45-49 anos e 35-39 anos, são aqueles que englobam um maior número de processos de RSI.

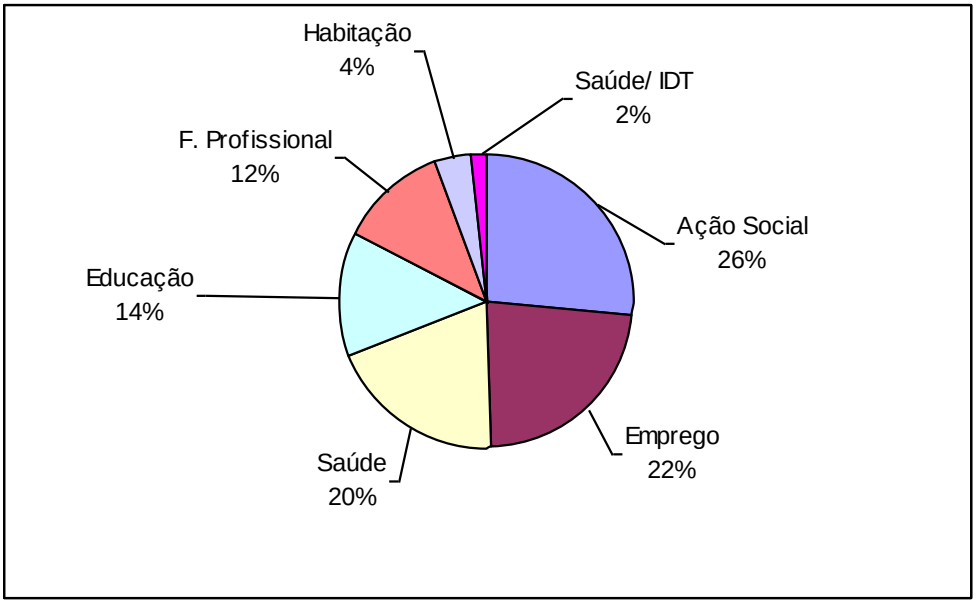
Fig. 47 – Beneficiários de RSI que iniciaram atividade profissional em 2014

Unidade Geográfica	Média mensal de beneficiários RSI ano 2014	Beneficiários RSI que iniciaram atividade profissional no decorrer da prestação em 2014	Taxa de beneficiários RSI que iniciaram atividade profissional no decorrer da prestação em 2014
Figueira da Foz	1 486	35	**2,3%**
Distrito de Coimbra	7 176	182	**2,5%**

Fonte: NLI da Figueira da Foz

Dos dados apresentados, destaca-se o facto da Taxa de Beneficiários de RSI que iniciaram atividade profissional no decorrer da prestação em 2014, apresentada pelo município da Figueira da Foz (2,3%) ser inferior à registada pelo Distrito de Coimbra (2,5%).

Fig. 48 – Contratos de Inserção por áreas de Inserção, em Outubro de 2014, na Figueira da Foz



Fonte: NLI da Figueira da Foz

Analisando o gráfico acima apresentado, verifica-se que a maior parte dos contratos de inserção são assinados na área da Ação Social (26%), seguida do Emprego (22%) e Saúde (20%), surgindo as áreas da Habitação (4%) e Saúde/IDT (2%) com menor expressão.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (doravante designada por CPCJ) são *"instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral"* – artigo 12.º n.º 1 da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), publicada em anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 31/2003, de 22 de Agosto.

Visam a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral e exercem a sua competência na área do Município onde têm sede.

A intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou jovem.

A criança ou jovem está em perigo quando:

- Está abandonado ou vive entregue a si próprio

Ex.: abandono à nascença ou após os seis meses de vida, ausência permanente ou temporária de suporte familiar ou outro, crianças e jovens não acompanhados).

- Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais

Ex.: maus-tratos físicos, ofensas físicas, maus-tratos psicológicos, indiferença afetiva, exercício abusivo de autoridade, depreciação/humilhação, hostilização e ameaças, abuso ou aliciamento sexual, prostituição ou pornografia infantil, violação ou outro ato sexual.

- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal

Ex.: negligência grave, negligência a nível psicoafetivo, educativo ou ao nível da saúde, falta de supervisão e acompanhamento familiar.

- É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento

Ex.: exploração do trabalho infantil, utilização da criança na prática de mendicidade, absentismo escolar, abandono escolar, insucesso escolar e/ou outras situações em que esteja em causa o direito à educação.

- Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional

Ex.: violência doméstica, consumo de bebidas alcoólicas e/ou de estupefacientes por elemento do seu agregado familiar e/ou outro significativo.

- Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem detenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação

  Ex: *bullying*, comportamentos graves antissociais e/ou de indisciplina, consumo de bebidas alcoólicas e/ou de estupefacientes, prática de facto qualificado pela Lei Penal como crime para crianças com idade inferior a 12 anos.

A intervenção das Comissões depende sempre do consentimento expresso dos seus pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto da criança ou jovem, bem como da não oposição de criança ou jovem com idade igual ou superior a 12 anos de idade. Sem estes, terá de ser instaurado processo de promoção e proteção judicial.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz foi criada pela Portaria n.º 1226-AL/2000 de 30 de Dezembro, na sequência da reorganização da Comissão de Proteção de Menores da Figueira da Foz, em funcionamento desde 10 de Julho de 1995.

Tem vindo a acompanhar processos de promoção e proteção de crianças e jovens residentes na área do Município.

Entre 2010 e 2014, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz teve o seguinte volume processual:

Fig. 49 – Volume processual entre 2010 e 2014

Ano	Transitados	Instaurados	Reabertos	Total
2010	172	120	35	**327**
2011	177	160	35	**372**
2012	175	174	48	**397**
2013	201	183	50	**434**
2014	184	149	74	**407**
Total	**909**	**786**	**242**	**1937**

CPCJ da Figueira da Foz

Consideram-se processos transitados os que transitam ativos de um ano para o outro; instaurados os que são abertos no ano em análise; reabertos os que são reabertos no ano em análise. São ativos os que se encontram em acompanhamento e arquivados aqueles em que já foi cessada a intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Assim, como se pode verificar pelo quadro acima, os processos transitados têm um peso muito elevado no volume processual anual, representando, nos cinco anos acima analisados, cerca de 46,9% dos processos acompanhados. Por sua vez, os processos instaurados representam 41,1% e os reabertos 12,5%.

Apesar de reduzido, o número de processos reabertos em cada ano tem vindo a aumentar, o que significa que uma mesma criança/jovem se encontra em nova situação de perigo e/ou que há uma reincidência do perigo que tinha dado origem à instauração do processo, o que merece uma reflexão atenta sobre a questão.

Tendo em conta apenas os dados relativos ao ano de 2014, que constam do Relatório Anual de Atividades da CPCJ da Figueira da Foz, foram acompanhados um total de 407 processos de promoção e proteção.

Quanto às entidades que sinalizaram situações de perigo à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz no ano de 2014, 39,3% foram realizadas por pessoas/entidades que solicitaram anonimato; 24,5% por Estabelecimentos de Ensino; 19,6% pelas Autoridades Policiais; 9,8% pelos Estabelecimentos de Saúde e 6,7% pelos Serviços do Ministério Público.

A maioria das sinalizações – 58,3% - chegam à Comissão de Proteção por escrito – ofício, fax ou e-mail; 24,5% são feitas presencialmente e 17,1% por telefone.

Em 2014 foram arquivados 42% dos processos de promoção e proteção acompanhados, 24% foram arquivados em fase preliminar e 76% em fase pós preliminar, ou seja, após intervenção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz.

Quanto aos processos arquivados em fase preliminar, 52,1% foram-no por a situação de perigo sinalizada não se confirmar e 47,8% por a situação de perigo não subsistir.

Quanto aos processos arquivados em fase pós-preliminar, os motivos de arquivamento são os mais diversos, no entanto é de realçar pela positiva o facto de 44,3% terem sido arquivados após

intervenção da CPCJ da Figueira da Foz, por cessação da medida aplicada e a situação de perigo já não subsistir e pela negativa o facto de 38% terem sido arquivados por remessa a Tribunal por retirada de consentimento/oposição e/ou não cumprimento reiterado dos Acordos de Promoção e Proteção estabelecidos.

Caracterização das Crianças e Jovens acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz no Ano de 2014

Sexo e escalão etário

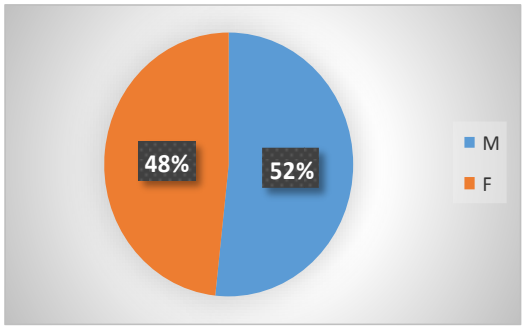
Quanto à distribuição por sexo das crianças e jovens acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz observa-se o predomínio do sexo masculino no total da população abrangida e, também em quase todos os escalões etários, exceto nos escalões 9-10 aos e 11-14 anos.

Em ambos os sexos, há um predomínio de processos de promoção e proteção relativos a jovens entre os 11 e os 17 anos de idade, sendo que nos rapazes o maior número se verifica entre os 15 e os 17 anos de idade e nas raparigas entre os 11 e os 14 anos de idade.

A maioria dos processos de promoção e proteção diz respeito a jovens entre os 11 e os 14 anos de idade, seguido dos jovens entre os 15 e os 17 anos de idade e em terceiro lugar a crianças em idade pré-escolar, ou seja, dos 3 aos 5 anos de idade.

Figs. 50 e 51 – Crianças/Jovens acompanhados pela CPCJ da Figueira da Foz, por escalão etário e sexo, em 2014

Escalão Etário	Sexo		Total
	M	F	
0-2	26	17	43
3-5	28	23	51
6-8	26	23	49
9-10	20	26	46
11-14	45	53	98
15-17	50	39	89
18-21	15	15	30
Total	**210**	**196**	**406**

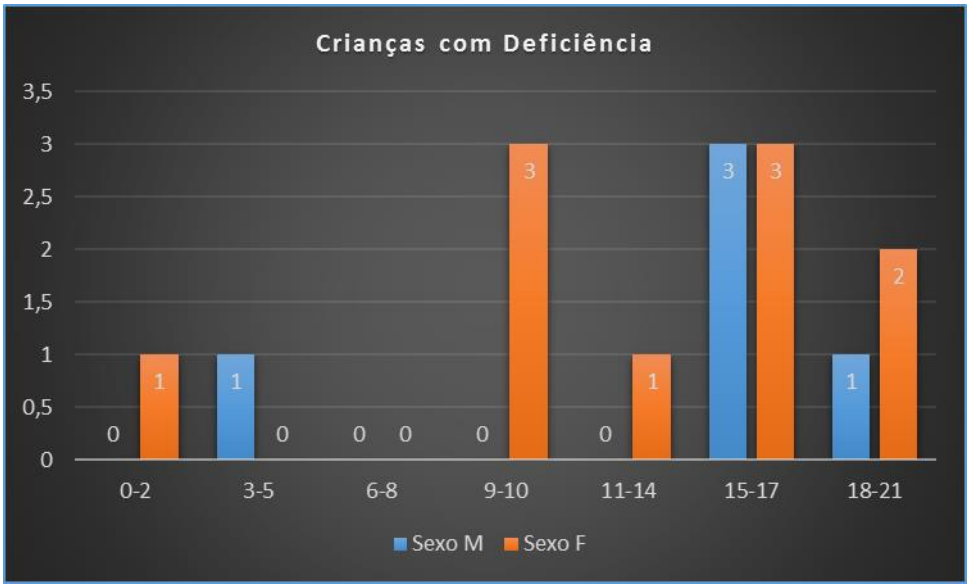


Fonte: Construção CMFF com base no Relatório Anual de Atividades de 2014 da CPCJ da Figueira da Foz

Crianças/Jovens com Deficiência acompanhados pela CPCJ da Figueira da Foz, por escalão etário e sexo, em 2014

Verifica-se um predomínio do sexo feminino nas crianças e jovens portadores de deficiência abaixo mencionados, no entanto há a salientar que, por não ser de cariz obrigatório a caracterização das crianças e jovens quanto à sua deficiência, este parâmetro de análise estará, com certeza, subavaliado.

Fig. 52 – Crianças/jovens com deficiência, por escalão etário e sexo



Fonte: Construção CMFF com base no Relatório Anual de Atividades de 2014 da CPCJ da Figueira da Foz

Crianças/Jovens Acompanhados pela CPCJ da Figueira da Foz, por Naturalidade, em 2014

A maioria das crianças e jovens com processo de promoção e proteção são naturais do Município, no entanto há alguns oriundos de outros locais do país, bem como naturais de outros países, sendo que, neste caso há a salientar os naturais do Brasil e do Luxemburgo.

Também este parâmetro tem um número considerável de crianças e jovens cuja naturalidade é desconhecida/não referenciada.

Problemática Sinalizada, segundo o Tipo de Situação de Perigo, por escalão etário e sexo, em 2014

As problemáticas sinalizadas são as que são referidas pelas entidades/pessoas como representando perigo para a criança e/ou jovem.

Em 2014, entre os 0 e os 2 anos, predomina a sinalização de situações de perigo por negligência, ou seja, a falta de cuidados adequados à idade da criança e/ou jovem ou a falta de supervisão e acompanhamento adequado. Esta negligência verifica-se aos mais diversos níveis – psicoafectivo, educação, saúde e/ou outros.

Dos 3 aos 5 anos de idade mantém-se a sinalização de situações por negligência, mas também por situações em que as crianças estão expostas a situações de violência doméstica, sendo destas vítimas indiretas.

Dos 6 aos 8 anos de idade predomina a sinalização de situações de violência doméstica.

Entre os 9 e os 10 anos voltam a predominar as situações de negligência, bem como entre os 11 e os 14 anos de idade.

A partir dos 15 anos a problemática que mais leva à sinalização de situações de perigo é o absentismo escolar, situação de perigo que põe em causa o direito à educação.

A negligência continua assim a ser a problemática mais sinalizada, seguida do absentismo escolar e em terceiro lugar da exposição a comportamentos que podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança e/ou jovem, o que inclui as situações de violência doméstica, mas também comportamentos aditivos e/ou outros por parte dos pais e/ou outros adultos de referência para a criança/jovem.

Fig. 53 – Crianças/jovens acompanhadas dos 0 aos 5 anos, por apoio sócio educativo, em 2014

Apoio Socio Educativo	Total
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar - Rede Pública	2
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar - Lucrativo	2
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar - IPSS	3
Escola - Rede Pública	7
Em casa com família alargada	1
Creche - Rede Pública	2
Creche - Lucrativo	1
Creche - IPSS	5
Não Caracterizados	71
Total	**94**

Fonte: Construção CMFF com base no Relatório Anual de Atividades de 2014 da CPCJ da Figueira da Foz

Por também não ser um parâmetro de caracterização obrigatória, desconhece-se o tipo de apoio socioeducativo da maioria das crianças acompanhadas no ano de 2014. No entanto, dos dados acima apresentados podemos verificar que 7 crianças integram a Escola – Rede Pública e 5 a creche da rede solidária.

Fig. 54 – Crianças e/ou jovens acompanhados, dos 6 aos 21 anos, por escolaridade, em 2014

Escalão Etário	Grau de Escolaridade	Subtotal	Total
6-8	Ensino Pré-Escolar	2	18
	Outro	3	
	1.º CEB Completo	1	
	1.º CEB Incompleto	12	
9-10	1.º CEB Completo	2	25
	1.º CEB Incompleto	16	
	2.º CEB Incompleto	6	
	3.º CEB Incompleto	1	
11-14	1.º CEB Completo	2	59
	1.º CEB Incompleto	9	
	2.º CEB Completo	3	
	2.º CEB Incompleto	30	
	3.º CEB Completo	4	
	3.º CEB Incompleto	11	
15-17	Curso Profissional Nível 3	3	66
	Ensino Secundário Incompleto	4	
	1.º CEB Completo	2	
	1.º CEB Incompleto	1	
	2.º CEB Completo	5	
	2.º CEB Incompleto	7	
	3.º CEB Completo	2	
	3.º CEB Incompleto	42	
18-21	Curso Profissional Nível 2	1	**22**
	Curso Profissional Nível 3	5	
	Ensino Secundário Incompleto	5	
	1.º CEB Completo	1	
	2.º CEB Completo	2	
	3.º CEB Completo	2	
	3.º CEB Incompleto	6	
	Não Caracterizados	122	**122**

Fonte: Construção CMFF com base no Relatório Anual de Atividades de 2014 da CPCJ da Figueira da Foz

Dos processos de promoção e proteção caracterizados quanto à escolaridade, é possível concluir que, na generalidade, a maioria das crianças e/ou jovens acompanhados demonstram sofrer retenções ao longo do seu percurso escolar, o que ganha particular importância quando entre os 15 e os 17 anos a maioria dos jovens acompanhados ainda não concluiu o 3.º CEB, bem como os que têm entre 18 e 21 anos de idade.

Sendo a escolaridade obrigatória o 12.º ano de escolaridade ou os 18 anos de idade, verifica-se que há um número elevado de jovens acompanhados que não concluem/podem não concluir sequer o 9.º ano de escolaridade até à idade supramencionada.

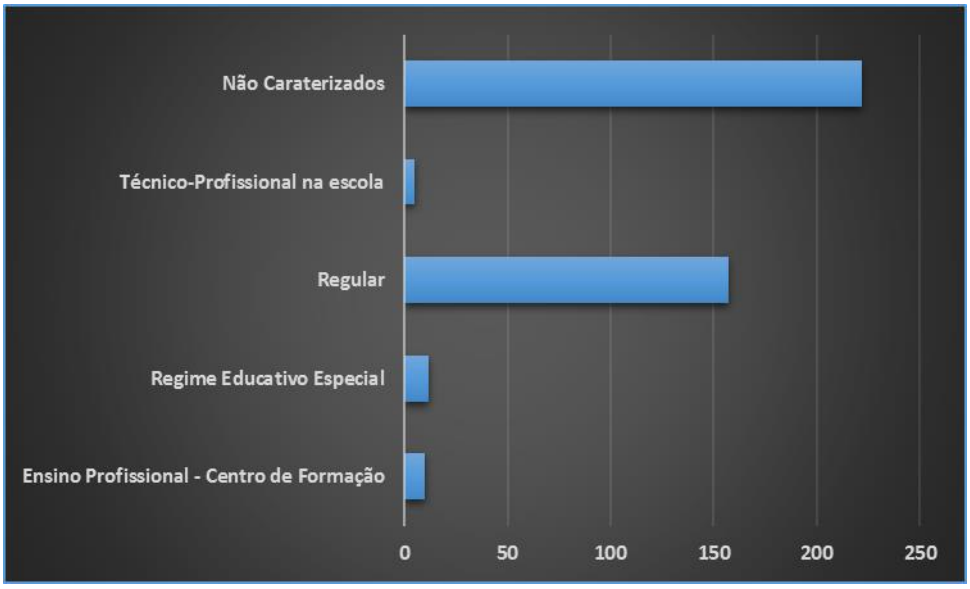
Fig. 55 – Crianças acompanhadas, por modalidade de ensino, em 2014

Tipo de Ensino	Total	%
Ensino Profissional - Centro de Formação	10	2,46
Regime Educativo Especial	12	2,96
Regular	157	38,67
Técnico-Profissional na escola	5	1,23
Não Caracterizados	222	54,68
Total	**406**	**100**

Fonte: Construção CMFF com base no Relatório Anual de Atividades de 2014 da CPCJ da Figueira da Foz

Graficamente,

Fig. 56 – Crianças acompanhadas, por modalidade de ensino, em 2014



Fonte: Construção CMFF com base no Relatório Anual de Atividades de 2014 da CPCJ da Figueira da Foz

Apesar do insucesso escolar de muitas crianças e jovens acompanhadas, a maioria continua a frequentar o ensino regular, não optando por outras opções formativas como os Cursos Vocacionais, o Ensino Profissional e/ou outras.

Problemática Diagnosticada, segundo o escalão etário, nos Processos de 2014

No geral, após a avaliação diagnóstica, das crianças/jovens acompanhados verificamos a prevalência das seguintes problemáticas por escalão etário:

- 0-5 anos – Negligência

- 6-8 anos – Violência doméstica
- 9-14 anos – Negligência
- 15-17 anos – Absentismo escolar
- 18-21 anos - Negligência

Acordos de Promoção e Proteção celebrados, por Medida Provisória, segundo o escalão etário e o sexo, em 2014

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens podem aplicar as seguintes medidas de promoção e proteção:

a) Apoio junto dos pais;

b) Apoio junto de outro familiar;

c) Confiança a pessoa idónea;

d) Apoio para a autonomia de vida;

e) Acolhimento familiar;

f) Acolhimento em instituição.

g) Confiança a pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com vista a futura adoção.

Consideram-se medidas a executar no meio natural de vida as previstas nas alíneas a), b), c) e d) e medidas de colocação as previstas nas alíneas e) e f); a medida prevista na alínea g) é considerada a executar no meio natural de vida no primeiro caso e de colocação no segundo.

As medidas provisórias são aplicáveis nas situações de emergência ou enquanto se procede ao diagnóstico da situação da criança e à definição do seu encaminhamento subsequente, não podendo a sua duração prolongar-se por mais de seis meses.

Fig. 57 – Tipo de medida provisória por escalão etário e sexo

Escalão Etário	Tipo de Medida Provisória	Sexo		Total
		M	F	
0-2	Apoio junto dos pais	0	2	2
3-5	Apoio junto dos pais	1	1	2
6-8	Apoio junto dos pais	0	1	1
9-10	Apoio junto de outro familiar	0	1	1
	Apoio junto dos pais	0	1	1
11-14	Acolhimento em Instituição	1	0	1
	Apoio junto de outro familiar	2	0	2
	Apoio junto dos pais	2	1	3
	Confiança a pessoa idónea	0	1	1
15-17	Acolhimento em Instituição	1	0	1
	Confiança a pessoa idónea	1	1	2
	Total	**8**	**9**	**17**

Fonte: Construção CMFF com base no Relatório Anual de Atividades de 2014 da CPCJ da Figueira da Foz

No ano de 2014 foram aplicadas 17 medidas provisórias, na sua maioria em meio natural de vida, havendo um predomínio da medida de apoio junto dos pais, que pressupõe a continuidade da criança e/ou jovem na sua família nuclear.

As medidas definitivas são aplicadas após avaliação diagnóstica e visam afastar a situação de perigo.

Fig. 58 – Acordos de Promoção e Proteção celebrados, por Medida Definitiva, segundo o escalão etário e o sexo, em 2014

Escalão Etário	Tipo de Medida Definitiva	Sexo		Total
		M	F	
0-2	Acolhimento em Instituição	1	0	1
	Apoio junto de outro familiar	1	1	2
	Apoio junto dos pais	10	7	17
3-5	Apoio junto de outro familiar	3	1	4
	Apoio junto dos pais	8	4	12
6-8	Apoio junto de outro familiar	0	1	1
	Apoio junto dos pais	9	4	13
9-10	Acolhimento em Instituição	0	2	2
	Apoio junto de outro familiar	0	3	3
	Apoio junto dos pais	3	7	10
´11-14	Acolhimento em Instituição	1	1	2
	Apoio junto de outro familiar	5	1	6
	Apoio junto dos pais	16	18	34
15-17	Acolhimento em Instituição	2	5	7
	Apoio junto de outro familiar	0	2	2
	Apoio junto dos pais	27	15	42
	Confiança a pessoa idónea	1	1	2
18-21	Acolhimento em Instituição	4	3	7
	Apoio junto de outro familiar	1	1	2
	Apoio junto dos pais	3	5	8
	Total	**95**	**82**	**177**

Fonte: Construção CMFF com base no Relatório Anual de Atividades de 2014 da CPCJ da Figueira da Foz

Também aqui há um predomínio de medidas em meio natural de vida, nomeadamente da medida de apoio junto dos pais.

No ano de 2015, até 30 de junho, o volume processual total é de 342 processos de promoção e proteção – 230 transitados, 73 instaurados e 39 reabertos. Destes, 118 já se encontram arquivados, o que significa que se encontram ativos, no final do primeiro semestre, 224 processos de promoção e proteção.

Destes, 34,4% referem-se a crianças e/ou jovens residentes na freguesia de Buarcos; 10,6% na de Tavarede; 8,72% na de S. Pedro; 7,34% nas de Vila Verde e Lavos; 6,88% na de Marinha das Ondas; 6,42% na de Alhadas; 3,67% na de Maiorca; 2,75% nas de Moinhos da Gândara, Ferreira-a-

Nova e Quiaios; 1,83% na de Bom Sucesso e 0,46% na de Paião. 3,67% das crianças e/ou jovens acompanhados mudaram de residência e encontram-se fora do município.

Rede Interinstitucional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica da Figueira da Foz (RIAVVD)

(Excerto do Relatório de Atividades de 2014)

A Rede Interinstitucional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica da Figueira da Foz -RIAVVD - iniciou a sua intervenção em junho de 2004 sendo, desde 25/10/2014, o Centro Social da Cova e Gala, a Entidade Coordenadora fazendo parte desta parceria as seguintes entidades:

- ARS Centro, IP (ACES Baixo Mondego);
- Associação Fernão Mendes Pinto;
- Associação Goltz de Carvalho;
- Câmara Municipal da Figueira da Foz;
- Casa Nossa Senhora do Rosário;
- Centro Distrital de Coimbra do ISS, IP;
- Centro Humanitário do Baixo Mondego da Cruz Vermelha Portuguesa;
- Centro Social da Cova e Gala;
- Delegação da Figueira da Foz da Cruz Vermelha Portuguesa;
- Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – Delegação Regional de Reinserção do Centro;
- Unidade de Violência Familiar/CRI Psiquiatria e Saúde Mental/Centro Hospitalar Universitário de Coimbra/Grupo VIII
- Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE.

Objetivos

O objetivo da criação e dinamização de uma rede de parceiros públicos e privados – RIAVVD visa uma conjugação de esforços e colaboração efetiva, que se traduz no atendimento, acompanhamento e encaminhamento de situações de violência doméstica, nomeadamente:

1) Prestar apoio a vítimas de violência doméstica, suas famílias e agressores.
2) Desenvolver formas de articulação que permitam o acompanhamento e encaminhamento eficaz de vítimas de violência doméstica, suas famílias e agressores.
3) Dotar de maior competência profissional os técnicos que, de forma direta ou indireta, lidam com situações de violência doméstica, contribuindo igualmente para um melhor e mais aprofundado conhecimento do fenómeno.

4) Otimizar e rentabilizar esforços e recursos locais no sentido de encontrar respostas coordenadas às situações de violência doméstica, que efetivamente diminuam as situações de risco e de perigo.

5) Refletir, de forma contínua, sobre os procedimentos adotados, por forma a melhorar e a aumentar a eficácia da sua intervenção.

Metodologia de Intervenção

A RIAVVD baseia a sua intervenção no Modelo Sistémico, apoiando as vítimas de violência e, sempre que possível, envolvendo a rede de suporte das mesmas, tentando responder às suas necessidades individuais e familiares.

1) Sinalização – pode ser realizada pessoalmente, por telefone e/ou por escrito pelo/a próprio/a, seus familiares e/ou outros que tenham conhecimento da situação, junto da Entidade Coordenadora e/ou de uma das Entidades Parceiras da RIAVVD.

2) Atendimento – a entidade que recebe a sinalização deve proceder ao diagnóstico inicial da situação, prestar todas as informações pertinentes e realizar as diligências necessárias à minimização da situação de risco. Caso entenda que se trata de uma situação que deve ser acompanhada pela RIAVVD, deve preencher a Ficha de Participação a apresentar na reunião da Equipa Técnica seguinte e articular com as entidades da RIAVVD cuja intervenção considere necessária.

3) Acompanhamento – as participações devem ser analisadas em reunião da Equipa Técnica, com vista à definição da intervenção, ficando uma ou mais entidades responsáveis pelo acompanhamento da situação, devendo, neste ultimo caso, definir-se uma entidade gestora. A entidade gestora é responsável pelo preenchimento da Ficha de Atendimento, bem como pelo registo e organização do processo.

4) Encaminhamento – caso a entidade que recebe a sinalização e/ou que acompanha a situação entenda que se trata de uma situação de risco elevado e/ou de perigo, deve, de imediato, mediante a vontade manifesta da pessoa, acionar as respostas necessárias ao afastamento do risco e/ou perigo.

5) Arquivamento – os processos são arquivados sempre que se verificar que a sinalização não configura uma situação de violência e, configurando, sempre que a alegada vítima da situação de violência se oponha à intervenção da RIAVVD; desista do acompanhamento e/ou não colabore de forma ativa na solução da situação, de forma injustificada; cesse a necessidade de acompanhamento e/ou de intervenção. A proposta de arquivamento deve ser apresentada em reunião de Equipa Técnica, para deliberação. A todo o tempo, mediante nova sinalização, pode um processo ser reaberto.

6) As entidades que compõem a RIAVVD devem respeitar o anonimato de quem sinaliza uma situação de violência, sempre que este for solicitado e/ou se justificar e a confidencialidade das situações que acompanham.

Atividades de Prevenção Primária

Fig. 59 – Organização / Dinamização de Ações

Data	Ação	Local	Tema	Dinamizadores	N.º Participantes
13/10/2014	Conferência de Imprensa	CAE Figueira da Foz	Apresentação do Seminário	RIAVVD	-
20/10/2014	Apresentação do Relatório de Atividades em Reunião de Câmara	CMFF	Atividade da RIAVVD	RIAVVD	-
24/10/2014	Seminário	CAE Figueira da Foz	Violência Doméstica – 10 anos de intervenção em parceria	RIAVVD	150

Nas atividades de prevenção primária desenvolvidas pela RIAVVD, no ano de 2014, destaca-se a realização de uma conferência de imprensa, a apresentação do Relatório de atividades em reunião de Câmara e o Seminário "Violência doméstica – 10 anos de intervenção em parceria".

Atividades de Prevenção Secundária

Fig. 60 – Caracterização Vítima por escalão etário e sexo

Idade da Vítima	Nº		Total
	Masc.	Fem.	
0 - 10	0	0	**0**
11 - 20	0	7	**7**
21 - 30	0	19	**19**
31 - 40	3	51	**54**
41 – 50	2	54	**56**
51 – 60	0	30	**30**
61 – 70	0	16	**16**
71 – 80	2	11	**13**
81 – 90	0	4	**4**
≥ 91 anos	0	4	**4**
Sem informação	0	15	**15**
Total	**7**	**211**	**218**

A RIAVVD, até à data, acompanhou 218 vítimas, 211 do sexo feminino e 7 do sexo masculino, sendo a faixa etária dos 31-50 anos aquela que engloba um maior número de pessoas.

Fig. 61 – Caracterização Vítima por tipo de violência

Tipo de Violência	Nº *		Total
	Masc.	Fem.	
Violência Física	4	134	**138**
Violência Psicológica	5	165	**170**
Violência Sexual	1	4	**5**
Violência Cruzada	0	5	**5**
Outra. Qual: Financeira	0	3	**3**
Sem informação	0	16	**16**
Total	**10**	**327**	**337**

Dos processos acompanhados pela RIAVVD destaca-se, dentro do tipo de violência, a física e a psicológica, sendo que em grande parte das situações é registada mais do que um tipo de violência, em simultâneo, (ex: violência física e psicológica).

Fig. 62 – Caracterização Vítima por Freguesia de Residência

Freguesia de Residência	Nº		Total
	Masc.	Fem.*	
Alqueidão	0	1	**1**
Alhadas	3	19	**22**
Bom Sucesso	0	9	**9**
Buarcos	2	71	**73**
Ferreira-a-Nova	0	5	**5**
Lavos	0	5	**5**
Maiorca	0	7	**7**
Marinha das Ondas	0	5	**5**
Moinhos da Gândara	0	4	**4**
Paião	0	6	**6**
Quiaios	0	6	**6**
S. Pedro	0	16	**16**
Tavarede	1	40	**41**
Vila Verde	1	12	**13**
Fora do Município	0	3	**3**
Fora do País	0	0	**0**
Sem informação	0	2	**2**
Total	**7**	**211**	**218**

Observando a freguesia de residência das vítimas verificamos que, na sua maioria, são provenientes de Buarcos e Tavarede. Há ainda a destacar o facto de Alhadas aparecer como a 3ª freguesia do município com um maior número de casos, seguida de S. Pedro e Vila Verde.

Fig. 63 – Caracterização do Agressor segundo a relação que tem com a vítima

Relação com Vitima	Nº *		Total
	Masc.	Fem.	
Cônjuge	83	1	**84**
Ex-cônjuge	7	0	**7**
Companheiro/a	72	2	**74**
Ex-companheiro/a	8	0	**8**
Filho / Filha	9	8	**17**
Pai / Mãe	7	5	**12**
Avô/Avó	0	0	**0**
Genro/ Nora	4	2	**6**
Sogro/Sogra	0	1	**1**
Tio/Tia	1	0	**1**
Primo/Prima	0	0	**0**
Neto/Neta	0	2	**2**
Outros. Quais: Irmã	0	1	**1**
Sem informação	11 (1)		**11**
Total	**191**	**22**	**224**

(1) Não incluído no total por sexo.
* Em algumas situações é registado mais do que um agressor (ex: pai e mãe)

A maioria dos agressores identificados são cônjuges ou companheiro/a da vítima, sendo de destacar, de igual forma, os agressores que são filho/filha ou pai/mãe.

A análise supra diz respeito a todos os processos acompanhados pela RIAVVD desde a sua constituição. Neste momento:

- estão arquivados 171 processos,
- transitaram ativos para 2015 (em acompanhamento) 40 processos.

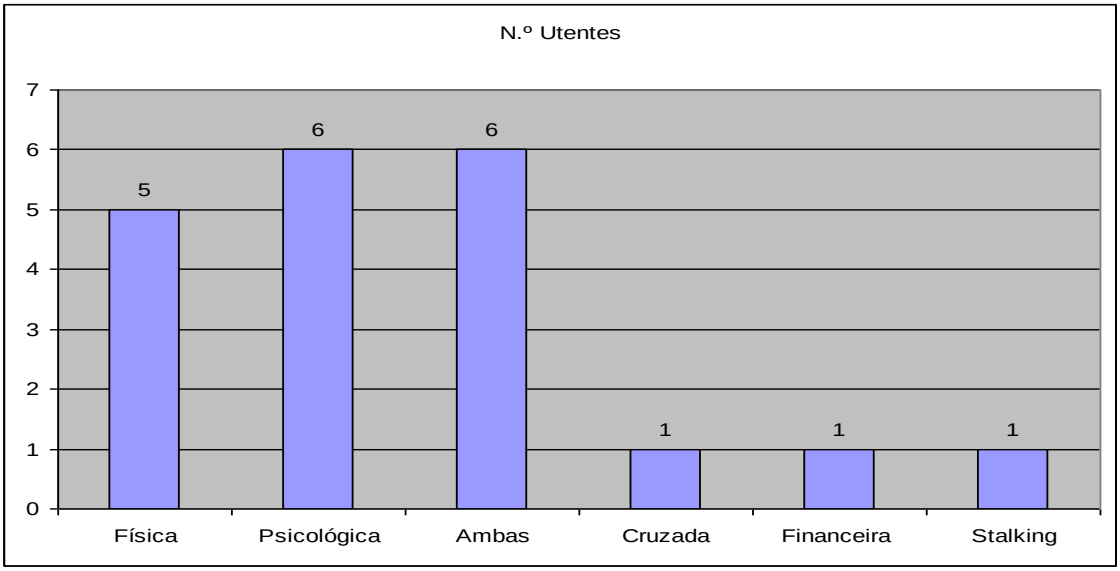
Durante o ano de 2014, a RIAVVD:

- instaurou 20 novos processos (todos do sexo feminino).
- acompanhou ainda mais 43 processos (41 do sexo feminino e 2 do sexo masculino) que transitaram ativos de 2013 .
- acompanhou 3 que foram reabertos no corrente ano (todos do sexo feminino).

Em 2014 foram acompanhados 66 processos, sendo que apenas 2 eram de vítimas do sexo masculino.

Caracterização dos Processos Instaurados (Novos Processos) em 2014

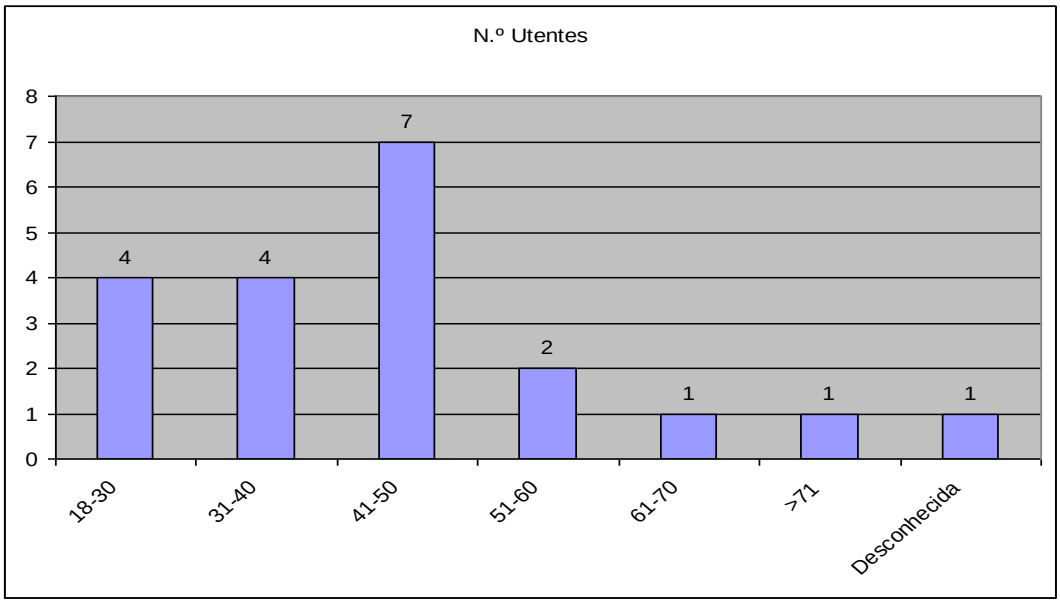
Fig. 64 – N.º de Processos Instaurados por Tipo de Violência



A violência psicológica e esta associada à violência física são as formas mais frequentes de violência.

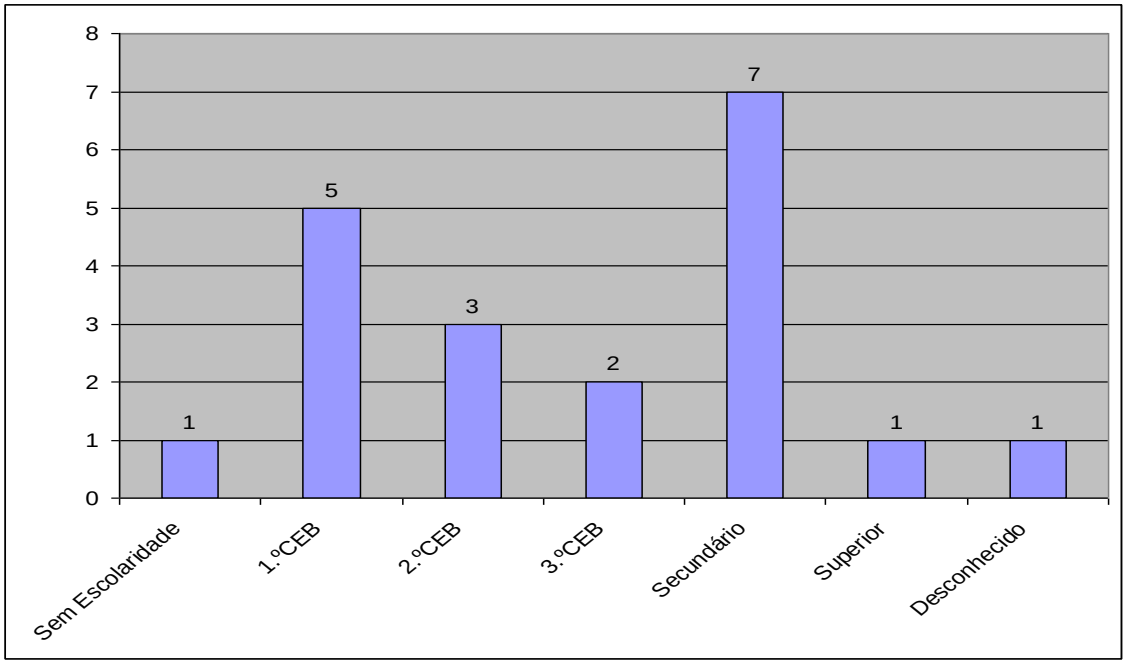
Caracterização das Vítimas de Violência Doméstica:

Fig. 65 – N.º de Processos Instaurados por Faixa Etária



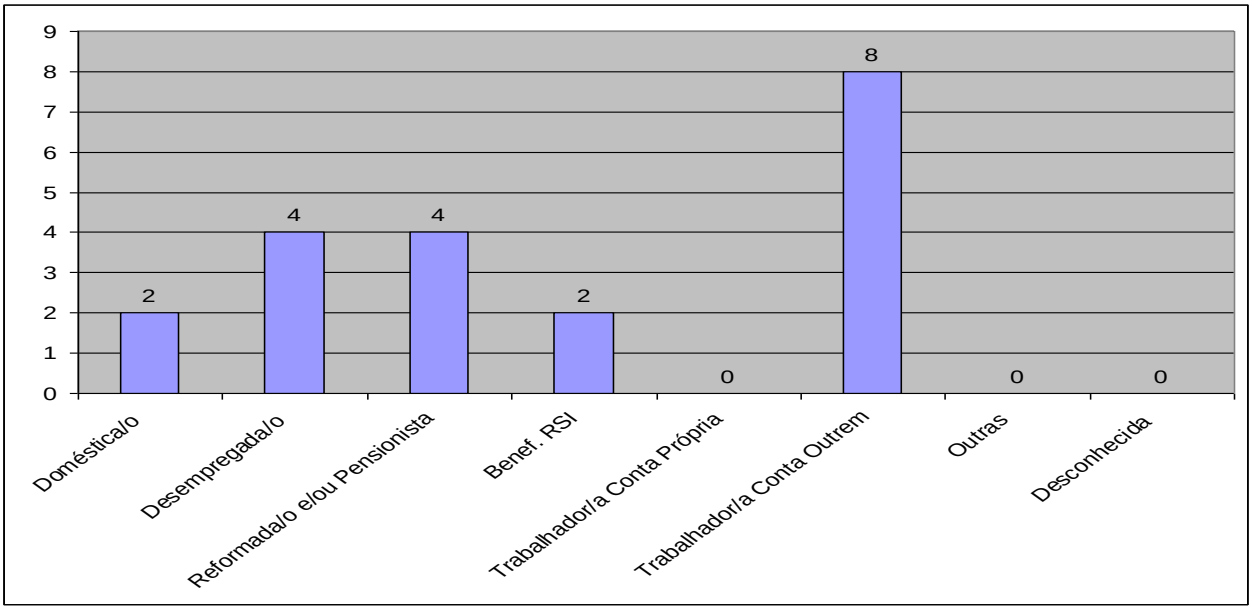
A utente mais nova tinha 19 anos e foi vítima de violência física por parte do companheiro. A mais velha tinha 78 anos e foi vítima de violência psicológica por parte da filha. A faixa etária mais representada, nos processos acompanhados em 2014, é a dos 41-50 anos.

Fig. 66 – N.º de Processos Instaurados por Escolaridade



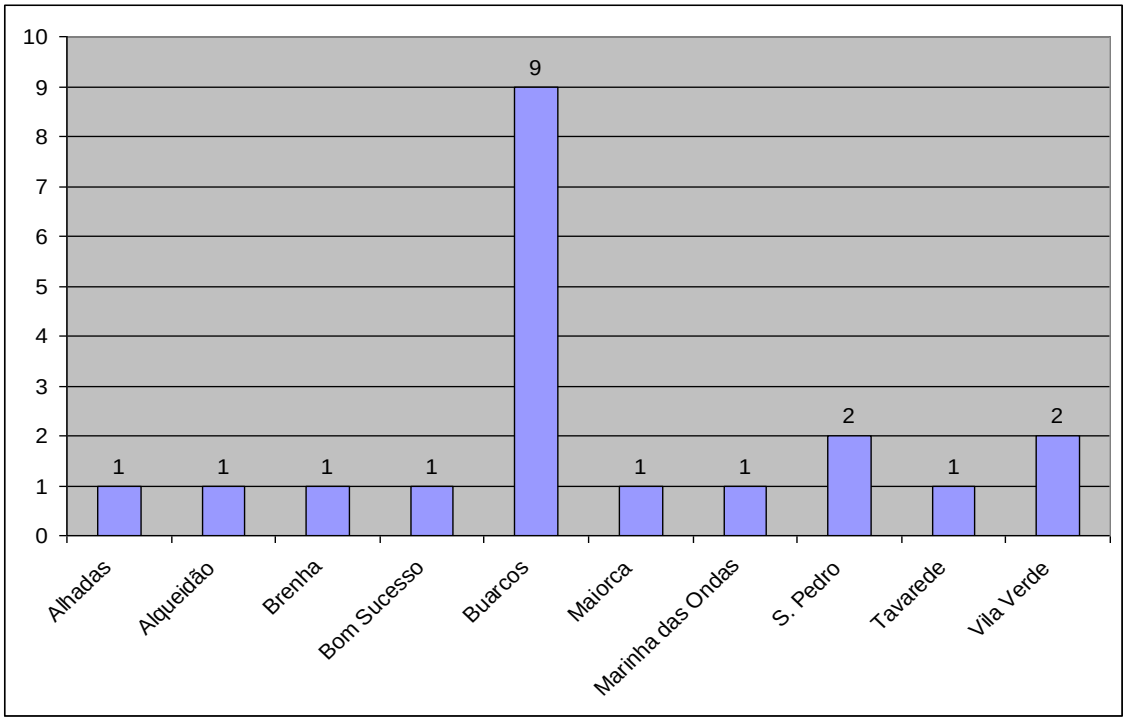
A maioria das vítimas tem o Ensino Secundário.

Fig. 67 – N.º de Processos Instaurados por Fonte de Rendimento



A maioria das vítimas vive dos rendimentos do seu trabalho, trabalhando por conta de outrem.

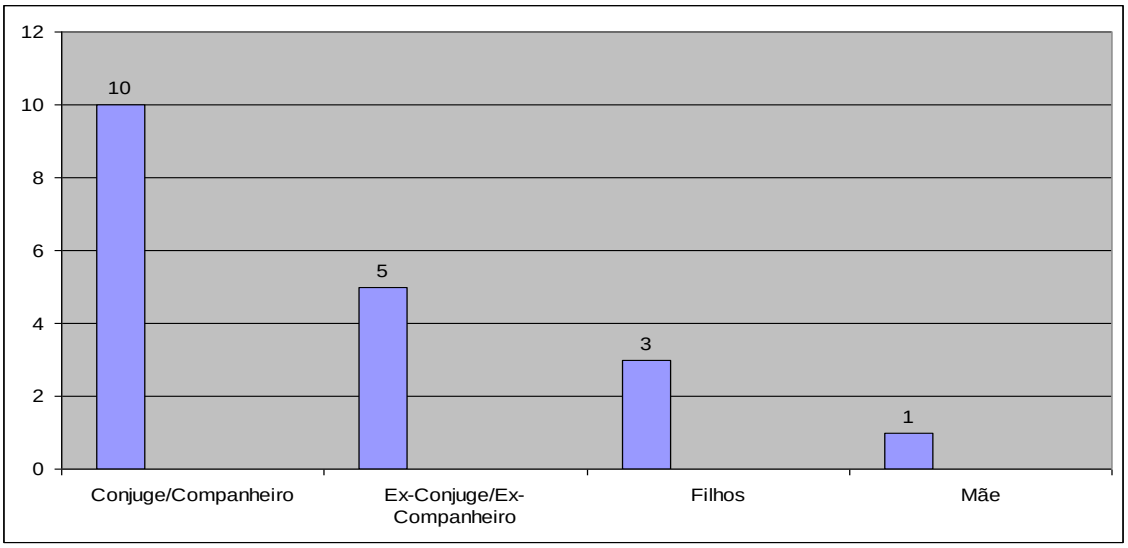
Fig. 68 – N.º de Processos Instaurados por Freguesia de Residência



A maior parte dos processos instaurados refere-se a vítimas que residem nas freguesias urbanas, nomeadamente Buarcos.

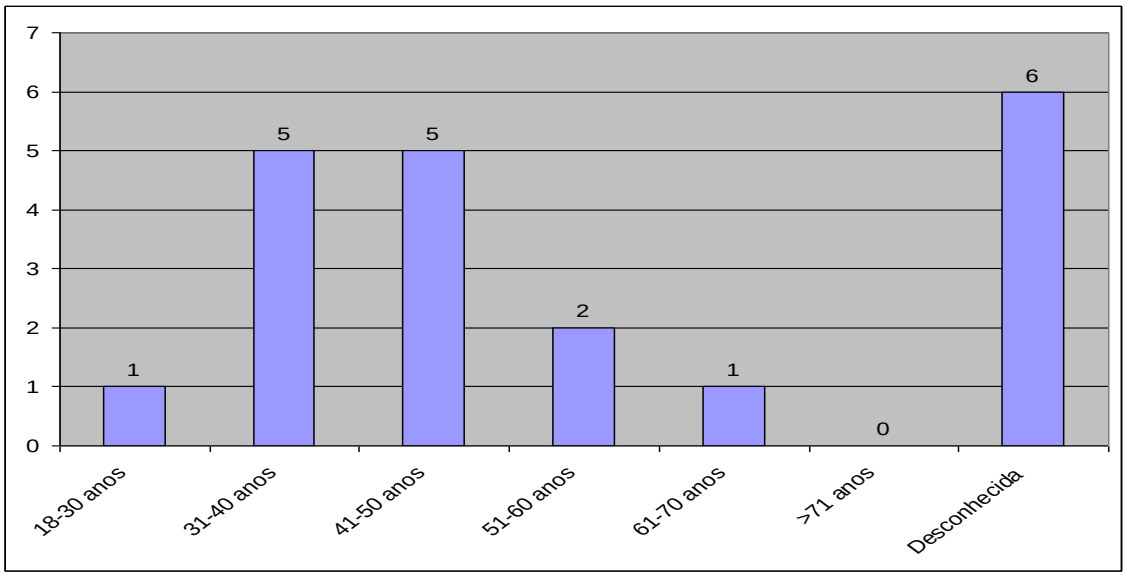
Caracterização dos Agressores:

Fig. 69 – N.º de Processos Instaurados por Tipo de Agressor



Quanto aos agressores, na sua maioria estes coabitam com as vítimas e têm com estas relações familiares. Os cônjuges/companheiros são os agressores mais frequentes.

Fig. 70 – N.º de Processos Instaurados por Faixa Etária

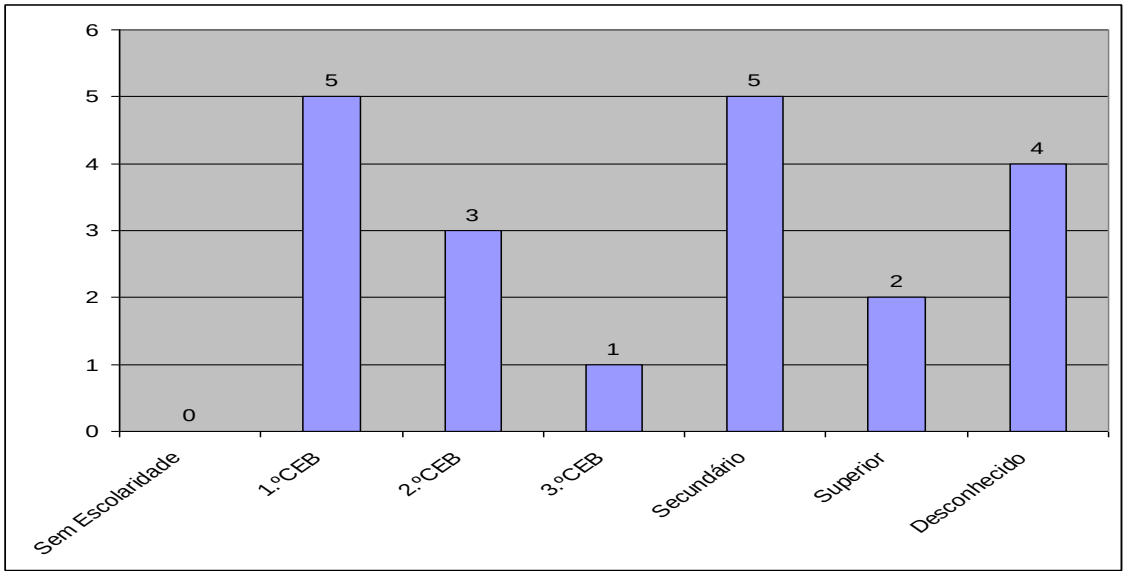


A maioria dos agressores tem entre 31 e 50 anos de idade.

A agressora mais jovem tem 24 anos de idade e é filha da vítima, exercendo sobre esta violência psicológica e financeira.

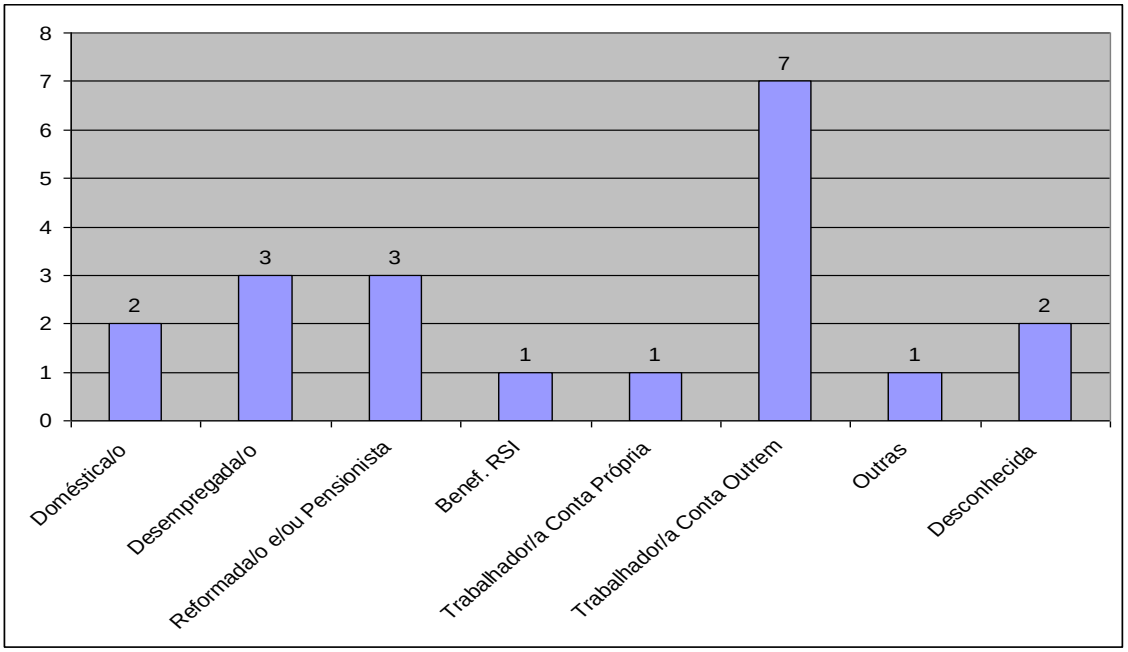
O agressor mais velho tem 64 anos de idade e é marido da vítima, exercendo sobre esta violência física e psicológica.

Fig. 71 – N.º de Processos Instaurados por Escolaridade



A maioria dos agressores tem habilitações ao nível do 1.º CEB e/ou do Ensino Secundário.

Fig. 72 – N.º de Processos Instaurados por Fonte de Rendimento



A maioria dos agressores vive do rendimento do seu trabalho, trabalhando por conta de outrem.

ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO

Sendo a taxa de atividade a razão entre a população ativa e a população residente e população ativa o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados) seguidamente apresentaremos a taxa de atividade registada nas várias freguesias do município, nos dois últimos momentos censitários, e de acordo com a variável sexo.

Fig. 73 – Taxa de atividade total, segundo o sexo, por localização geográfica

Unidade Territorial	Taxa de atividade (%)			
	2011			2001
	HM	H	M	HM
Baixo Mondego	46,73	50,1	43,73	46,8
Figueira da Foz	44,99	49,34	41,1	45,6
Alhadas	44,22	50,31	38,69	44,2
Alqueidão	42,98	50,3	36,19	42,9
Brenha	48,14	54,12	42,92	49,7
Buarcos	45,25	49,09	41,91	46,2
Ferreira-a-Nova	42,88	49,3	36,92	44,4
Lavos	41,44	48,51	35,14	42,2
Maiorca	42,98	48,72	37,47	44
Marinha das Ondas	44,48	51,97	37,35	44
Paião	42,33	48,33	37,18	41,1
Quiaios	45,5	48,12	43,01	42,1
São Julião	44,63	48,42	41,57	46,4
Tavarede	52,17	53,34	51,06	53,3
Vila Verde	41,24	45,07	37,63	44,5
São Pedro	45,15	47,64	42,78	45,3
Bom Sucesso	40,18	46,65	34,48	43
Santana	41,3	45,53	37,48	45,4
Borda do Campo	41,44	44,33	38,78	43,6
Moinhos da Gândara	40,47	46,46	35,17	41,4

Fonte: Censos 2011 e 2001

Em 2011, no município da Figueira da Foz a taxa de atividade foi de 44,99%, valor inferior ao registado no Baixo Mondego (NUT III). A repartição por sexo evidencia uma taxa de atividade mais elevada para os homens com 49,34%, face aos 41,1% para as mulheres.

De acordo com o último Censos Tavarede apresentava-se como a freguesia com maior taxa de atividade (52,17%), seguida de Brenha, com 48,14% e Quiaios com 45,5%.

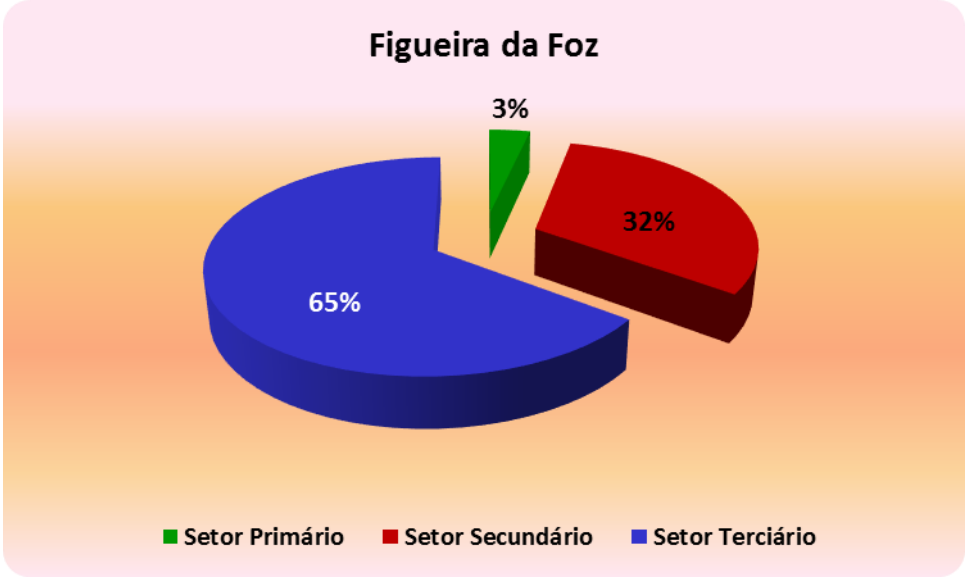
Por sua vez, são as freguesias de Bom Sucesso (40,18%), Moinhos da Gândara (40,47%) e Vila Verde (41,24%), aquelas que menor taxa de atividade apresentavam no período em análise.

Fig. 74 – População Residente Economicamente Ativa (sentido restrito) e Empregada, segundo o sexo e o ramo de atividade

Unidade Territorial	População economicamente ativa								
	Total		Empregada						
			Total		Primário	Secundário	Terciário		
	HM	H	HM	H			Total	De natureza social	Relacionados com a atividade económica
Baixo Mondego	155298	78455	139188	70472	3601	30724	104863	52041	52822
Figueira da Foz	27953	14494	24401	12833	858	7705	15838	6956	8882
Alhadas	1805	977	1528	846	22	594	912	329	583
Alqueidão	753	424	684	386	55	302	327	161	166
Brenha	439	230	368	199	2	117	249	78	171
Buarcos	3892	1963	3387	1708	73	896	2418	1121	1297
Ferreira-a-Nova	638	353	577	327	29	244	304	140	164
Lavos	1657	913	1457	818	94	560	803	355	448
Maiorca	1132	628	978	558	54	328	596	285	311
Marinha das Ondas	1414	806	1278	737	165	551	562	155	407
Paião	960	506	872	466	27	329	516	240	276
Quiaios	1320	680	1180	614	11	431	738	301	437
São Julião	4323	2096	3687	1797	39	795	2853	1362	1491
Tavarede	4925	2441	4324	2185	42	1137	3145	1426	1719
Vila Verde	1224	649	1003	539	10	336	657	268	389
São Pedro	1314	677	1118	583	116	360	642	250	392
Bom Sucesso	857	466	775	436	61	293	421	186	235
Santana	437	229	386	205	9	132	245	114	131
Borda do Campo	351	180	330	170	18	131	181	85	96
Moinhos da Gândara	512	276	469	259	31	169	269	100	169

Fonte: INE, Censos 2011

Fig. 75 – População Residente Empregada, segundo o ramo de atividade



Fonte: INE, Censos 2011

Analisando o quadro e o gráfico anteriormente apresentados verificamos que a maior parte da população residente empregada trabalha no setor terciário (65%), seguido do setor secundário (32%), e, por último, o setor primário (3%).

Na análise, da população residente economicamente ativa, verificamos que são as freguesias da zona urbana, em especial, Buarcos, S. Julião da Figueira da Foz e Tavarede que englobam um maior número de pessoas no setor terciário. De destacar as freguesias de Marinha das Ondas e Alqueidão em que, apesar de continuar a prevalecer um número superior de pessoas a trabalhar no setor terciário apresentam, de igual forma, um número bastante significativo de população empregada no setor terciário.

Taxa de desemprego[27]

A tabela que se segue apresenta a taxa de desemprego calculada pelo INE, através dos resultados obtidos nos Recenseamentos da População e Habitação de 2001 e 2011, na qual se observa, desde logo, um aumento generalizado e deveras expressivo dos valores aferidos no período intercensitário, em todos os locais em foco.

[27] **Taxa de Desemprego**: taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

Fig. 76 – Taxa de Desemprego (%) por local de residência, à data dos Censos de 2001 e 2011

Unidade Territorial	2001	2011		
	HM	HM	H	M
Centro	5,7	10,98	9,99	12,08
Baixo Mondego	6,3	10,37	10,18	10,58
Figueira da Foz	7,4	12,71	11,46	14,05

Fonte: INE, Censos 2011

Fig. 77 – Taxa de Desemprego (%) no concelho e freguesias da Figueira da Foz, à data dos Censos de 2001 e 2011

Unidade Territorial	2001	2011		
	HM	HM	H	M
Figueira da Foz	**7,4**	**12,71**	**11,46**	**14,05**
Alhadas	8,7	15,35	13,41	17,63
Alqueidão	4,6	9,16	8,96	9,42
Brenha	8,4	16,17	13,48	19,14
Buarcos	7,2	12,98	12,99	12,96
Ferreira-a-Nova	8,9	9,56	7,37	12,28
Lavos	6,8	12,07	10,41	14,11
Maiorca	8,3	13,6	11,15	16,67
Marinha das Ondas	5,1	9,62	8,56	11,02
Paião	4,7	9,17	7,91	10,57
Quiaios	6,5	10,61	9,71	11,56
São Julião	7,6	14,71	14,27	15,13
Tavarede	7,4	12,2	10,49	13,89
Vila Verde	10,3	18,06	16,95	19,3
São Pedro	8,3	14,92	13,88	16,01
Bom Sucesso	6,9	9,57	6,44	13,3
Santana	7,8	11,67	10,48	12,98
Borda do Campo	6,7	5,98	5,56	6,43
Moinhos da Gândara	7,7	8,4	6,16	11,02

Fonte: INE, Censos 2001, Censos 2011

Fig. 78 – Taxa de Desemprego HM (%) por freguesia, à data dos Censos de 2001 e 2011

Fonte: Construção CMFF, INE: Censos 2011

A Taxa de desemprego representa o número de desempregados por cada 100 ativos. Os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo-se na população ativa os trabalhadores que estão empregados e desempregados.

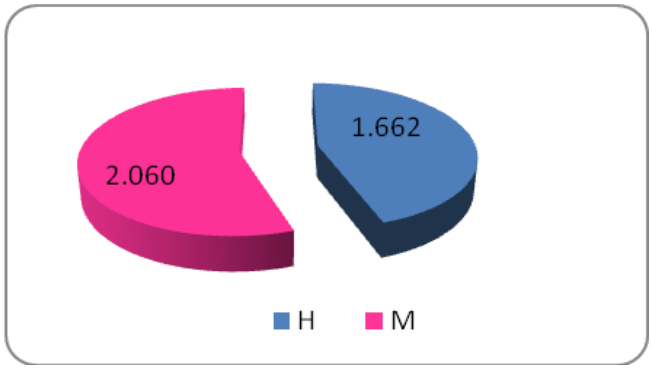
Ainda, segundo o INE, desempregado é "quem está à procura de emprego, incluindo um novo emprego ou o primeiro emprego" (Metainformação, INE).

Assim, em 2011, de acordo com os Censos, o concelho da Figueira da Foz registou uma taxa de desemprego de 12,7%, valor superior ao que foi registado no Baixo Mondego na mesma data. Salientar, igualmente, que a taxa de desemprego afeta mais mulheres que homens, no concelho. Esta situação é idêntica, em qualquer um dos anos Censitários, isto é, 2011 e 2001.

Veja-se, então, a realidade do concelho da Figueira da Foz traduzida por alguns números dos desemprego, publicados pelo Serviço de Estatísticas do IEFP, relativos a Novembro de 2014, que contribuem para realçar alguns traços que importam a esta reflexão, não sem antes referenciar o entendimento de desempregado "candidato inscrito num Centro de Emprego, que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade para o trabalho".[28]

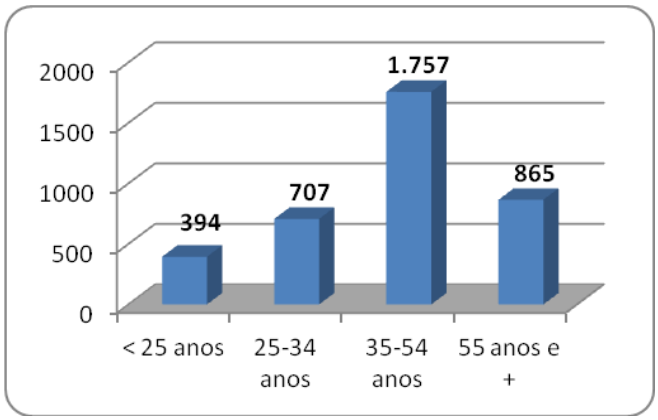
[28] https://www.iefp.pt/documents/10181/273964/Metainforma%C3%A7%C3%A3o/8a9a7a4e-383d-4f19-958b-850c068e8c71

Fig. 79 – Desempregados, em Novembro de 2014, por sexo, no concelho da Figueira da Foz



Fonte: https://www.iefp.pt/en/estatisticas

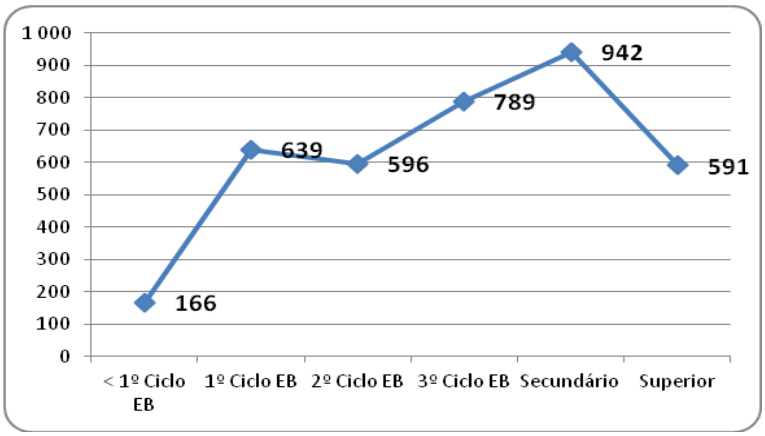
Fig. 80 – Desempregados, em Novembro de 2014, por Grupo etário, no concelho da Figueira da Foz



Fonte: https://www.iefp.pt/en/estatisticas

Em novembro de 2014, os desempregados inscritos no Centro de Emprego da Figueira da Foz eram maioritariamente do sexo feminino e encontravam-se no escalão etário dos 35-54 anos, logo seguido do escalão etário dos 55 e mais anos.

Fig. 81 – Desempregados, em Novembro de 2014, por nível de escolaridade, no concelho da Figueira da Foz

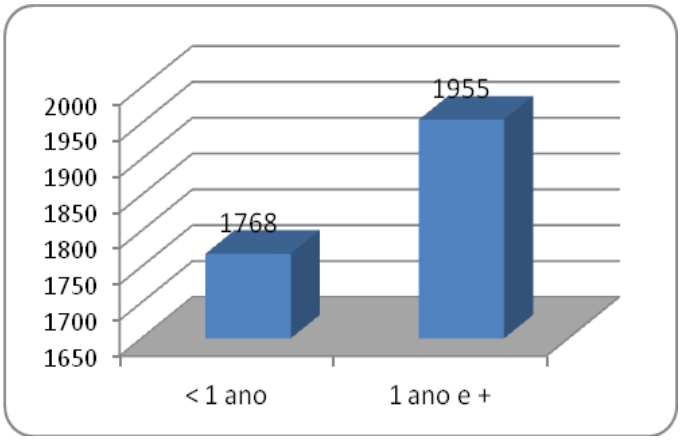


Fonte: https://www.iefp.pt/en/estatisticas

Relativamente aos desempregados inscritos no Centro de Emprego da Figueira da Foz, tendo por base de análise o nível de escolaridade, verifica-se que são os detentores de habilitações ao nível do Ensino Secundário aqueles que, em maior número, se encontram representados na população inscrita, seguido daqueles que apenas detêm o 3º CEB.

De acordo com os dados registados pelo Centro de Emprego local, os munícipes que apresentam escolaridade inferior ao 1º CEB constituem o grupo de inscritos com menor representatividade, devendo-se certamente esta realidade aos sucessivos aumentos verificados ao nível da escolaridade mínima obrigatória, ao longo das últimas décadas.

Fig. 82 – Desempregados, em Novembro de 2014, por tempo de inscrição no concelho da Figueira da Foz



Fonte: https://www.iefp.pt/en/estatisticas

O gráfico acima apresentado releva o facto de a maioria dos inscritos no Centro de Emprego da Figueira da Foz se encontrarem inscritos naquele Serviço público há mais de 1 ano, o que é preocupante, do ponto de vista da sua reinserção profissional.

ASSOCIATIVISMO

O quadro abaixo apresentado mostra a riqueza associativa existente no município da Figueira da Foz existindo atualmente um total de 185 associações/coletividades distribuídas pelas 14 freguesias.

Dos dados apresentados destaca-se a freguesia de Buarcos com um total de 63 associações/coletividades, representando 34% do universo em análise.

Fig. 83 – Associações/Coletividades por freguesias em relação ao número total no concelho da Figueira da Foz

Freguesias	Número de Associações / Coletividades	Percentagem (%)
Moinhos da Gândara	3	2
Bom Sucesso	4	2
Alqueidão	5	3
Vila Verde	6	3
Maiorca	8	4
Ferreira-a-Nova	8	4
S. Pedro	8	4
Lavos	9	5
Quiaios	10	5
Marinha das Ondas	12	6
Paião	12	6
Alhadas	14	8
Tavarede	23	12
Buarcos	63	34
Total	**185**	**100**

Fonte: Base de dados da Divisão da Cultura da CMFF (2015)

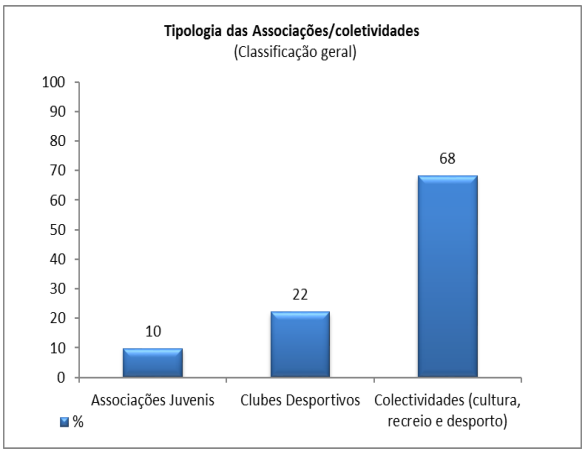
Observando a tipologia das associações/coletividades existentes no município verificamos que, 10% são associações juvenis, 22% clubes desportivos e 68% coletividades ligadas à cultura, recreio e desporto.

A tipologia é por isso diversificada e subjacente à atividade que a Coletividade se dedica ou o conjunto de atos pratica.

O desenvolvimento da ação das Coletividades concretiza-se através de unidades de atividade regular/habitual. Cada Coletividade pode reunir uma ou mais unidades de atividade regular/habitual (GOMES, 2014: 11-13, 72).

Figs. 84 e 85 – Tipologia das Associações/coletividades

Classificação geral	N.º de Associações	Percentagem %
Associações Juvenis	18	10
Clubes Desportivos	41	22
Coletividades (cultura, recreio e desporto)	126	68
Total	**185**	**100**



Fonte: Base de dados da Divisão da Cultura da CMFF (2015)

ANÁLISE SWOT

Forças	Fraquezas
Demografia: Aumento da população nas freguesias de Buarcos, S. Pedro, Tavarede, Bom Sucesso e Alhadas entre 2001 e 2011; Aumento da população em idade ativa, entre os 25 e os 64 anos, superior ao registado nos municípios do Baixo Mondego; Baixo Índice de Envelhecimento registado na Freguesia de Tavarede; **Educação:** Aumento da taxa real de pré-escolarização, no período em análise (2009/10-2012/13); Redução da Taxa de Retenção e Desistência observada ao nível do Ensino Secundário, desde 2010/11; Taxa potencial de cobertura dos equipamentos sociais de creche e jardim-de-infância, da Rede Solidária, superior à taxa verificada no Distrito. **Ação Social:** Diversidade de respostas socias implementadas por entidades de diferente natureza jurídica; Articulação em rede que impede a sobreposição de respostas no mesmo território de intervenção; Taxa Potencial de Cobertura dos CATL´s da Rede Lucrativa superior à registada no Distrito; A área do emprego é a segunda mais relevante, nos contratos de inserção celebrados com os beneficiários de RSI **Economia:** Potencial de crescimento do setor terciário social; Riqueza e diversidade de ambientes naturais: mar, dunas, lagoas, floresta; Diversidade de produtos gastronómicos locais; Oferta hoteleira de qualidade; Tradição industrial no concelho com mão-de-obra qualificada; Ensino Profissional promotor de atividades e recursos endógenos;	**Demografia:** Decréscimo populacional generalizado no concelho, nos grupos etários mais jovens; Índices de envelhecimento elevados, em particular nas freguesias de Alqueidão e Paião com acentuado número de idosos; A proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade é superior no município da Figueira da Foz comparativamente ao Baixo Mondego. **Educação:** Taxa de analfabetismo no Município superior à registada a nível nacional, com particular relevância no valor encontrado nas freguesias de Bom Sucesso, Moinhos da Gândara e Borda do Campo; Diminuição da taxa bruta de escolarização, nos ensinos básico e secundário, entre 2009/10-2012/13; Diminuição da população escolar nos ensinos básico e secundário; **Ação Social:** Taxa potencial de cobertura de ERPI´s da Rede Solidária, inferior à do Distrito de Coimbra; Taxa Potencial de Cobertura de Centros de Convívio e de Centros de Noite, da Rede Solidária, inferior à do Distrito de Coimbra; Taxa de beneficiários de RSI que iniciaram atividade profissional em 2014, no Município, inferior à do Distrito de Coimbra; Baixa empregabilidade de desempregados de longa duração e beneficiários de RSI, prolongando situação de desigualdade social e económica; Os grupos etários entre os 35 e os 54 anos e com mais de 55 anos de idade, registam o maior número de pessoas em situação de desemprego; Diminuição do número de agregados familiares com proteção social; **Economia:** Números relevantes de desemprego de longa duração; Baixo número de trabalhadores por conta própria; Predomínio de empresas de pequena dimensão; Ausência de ensino e centro de investigação universitário, nas áreas potenciais de desenvolvimento industrial e empresarial;

Oportunidades	Ameaças
Demografia: Projetos e espaços de promoção da qualidade de vida no concelho; Parque habitacional com alojamentos desocupados para venda e/ou arrendamento, em particular nas freguesias de Buarcos e Tavarede; **Educação:** Dinamização de projetos que promovam o Empreendorismo nas escolas do concelho; **Ação Social:** Espaço ao reforço da rede de Centros de ATL´s, no âmbito da rede solidária; Respostas sociais aquém do seu potencial de cobertura do território, nas valências para idosos (ERPI, Centro de Convívio e Centro de Dia) Aposta na inclusão social de beneficiários de RSI e desempregados, através do reforço da sua empregabilidade; **Economia:** Riqueza e diversidade do património natural do município (serra, mar, lagoas, rio) Localização geográfica estratégica sobretudo das freguesias urbanas, em termos de mobilidade (ferrovia, porto marítimo, rodovia); Programa Portugal 2020, com incentivos para a promoção da competitividade empresarial e internacionalização; Tecido empresarial com potencial de crescimento e diversificação, nomeadamente nas atividades ligadas ao mar (v.g.) aquacultura); Turismo: força motriz do desenvolvimento económico e social, através de estratégia de diferenciação e diversidade.	**Demografia:** Diminuição crescente dos grupos etários mais jovens, nomeadamente dos que têm até 24 anos de idade, na generalidade do concelho; Saída (de jovens) do concelho dada a moderada capacidade de fixação ao nível da empregabilidade; Tendência de variação negativa da população residente; **Educação:** Tendência geral para a diminuição crescente da população escolar, crianças e jovens; Aumento da taxa de retenção e desistência, entre 2009/10 e 2012/13, ao nível do Ensino Básico; **Ação Social**: Diminuição significativa do número de agregados familiares com proteção social da medida de RSI, devido à maior dificuldade no cumprimento dos requisitos de acesso à mesma, decorrente das alterações legislativas introduzidas; Persistência do desemprego de longa duração nos grupos etários menos jovens; **Economia:** Tendência demográfica de diminuição da população ativa; Não investimento no reforço do potencial atrativo dos polos industriais existentes; Proximidade com outros núcleos industriais, como Pombal, Cantanhede ou Aveiro;

OBJETIVOS E EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

Os dados apresentados neste documento foram retirados do Diagnóstico do Município da Figueira da Foz e permitiu, em linhas gerais, obter um breve retrato do município e respetivas freguesias recorrendo essencialmente a fontes de informação oficiais de natureza quantitativa. Trata-se, portanto, de um breve enquadramento do território, que posteriormente será melhorado e aprofundado e que futuramente poderá constituir um base de trabalho que sustente a constituição de uma parceria estratégica e operacional que contribua eficazmente para o desenvolvimento local.

Este documento pretende constituir o início de uma estratégia, que de forma integrada e sustentada permita dar resposta a um conjunto de problemáticas locais, como o desemprego; a pobreza, em especial a infantil e o isolamento/exclusão de pessoas envelhecidas ou com mobilidade reduzida, de modo a potenciar os territórios e a capacitação dos cidadãos e famílias, promovendo a equidade territorial, a igualdade de oportunidades e a inclusão social nas suas mais diversas dimensões.

Um Plano de Desenvolvimento Social deverá constituir-se como um instrumento de intervenção de proximidade procurando reforçar a proactividade de todos os agentes sociais locais na busca de soluções diferenciadas e diferenciadoras para os diferentes público-alvo estratégicos, promovendo o crescimento sustentável e inclusivo dos territórios.

Decorrente da importância do desenvolvimento de esforços concertados procurando envolver os serviços públicos, entidades privadas e/ou do setor da economia solidária, na promoção da inclusão social e do emprego, impõem-se como objetivos estratégicos:

Objetivos Estratégicos

- Desenvolver estratégias que visem a promoção da igualdade de oportunidades, a qualificação das famílias e a promoção da inclusão social;
- Contribuir para a potenciar as economias locais e regionais, através da criação de emprego por conta própria, promoção do empreendedorismo e a criação de empresas.
- Combate ao isolamento e à exclusão dos idosos ou com mobilidade reduzida promovendo a capacitação e a integração social bem como uma cultura de bem-estar e de proximidade;
- Desenvolvimento de medidas que promovam a inclusão ativa de pessoas com deficiência e incapacidade, e de medidas de combate às situações de exclusão social, em particular à pobreza infantil.

A operacionalização destes objetivos estratégicos assenta num comprometimento dos organismos públicos e da sociedade civil na criação de estratégias locais que visem responder à redução dos níveis de pobreza e exclusão social, que previna simultaneamente novas situações de desfavorecimento social e económico, promovendo o dinamismo do mercado de trabalho, num contexto condicionado pela conjuntura de forte racionalização/otimização dos recursos, assente no

desenvolvimento de ações e projetos que se estruturam em torno de 3 **Eixos Estratégicos de Intervenção**:

Eixo Estratégico I – Promoção da empregabilidade e da formação/qualificação

Eixo Estratégico II – Intervenção com Famílias: prevenção da pobreza infantil e combate ao isolamento e à exclusão de pessoas envelhecidas e/ou com mobilidade reduzida.

Eixo Estratégico III – Empowerment das populações e das entidades implantadas no município.

Eixo Estratégico de Intervenção I	AÇÕES
Promoção da empregabilidade e da formação/qualificação	1 - Estabelecer uma forte articulação com o Centro de Emprego da Figueira da Foz, GIP, GAE e ACIFF no sentido da identificação das zonas prioritárias a intervir no município e os públicos-alvo mais críticos a envolver, procurando desenvolver algumas das seguintes atividades: 1.1. Desenvolvimento de ações de formação/informação que visem promover a procura ativa de emprego por parte dos indivíduos em situação de desemprego; 1.2. Informar as entidades públicas e da sociedade civil dos programas/medidas ativas de emprego existentes dirigidas aos vários tipos de público desempregado em especial para pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico; 1.3. Divulgação e encaminhamento para oferta formativa disponível; 2 - Estimular o desenvolvimento de iniciativas inovadoras que dinamizem o empreendedorismo local, social e cooperativo e que contribuam ativamente para criar emprego (o próprio emprego e/ou empresas), de forma a promover a empregabilidade, em articulação com o GAE do Município; 3 - Promover o uso eficiente e a valorização económica do património local e dos recursos endógenos, em sintonia com as suas potencialidades, nas vertentes: turística, de lazer, ambiental e em áreas tradicionais como a arte xávega e a salicultura; 4 – Potenciar a inserção no mercado de trabalho de desempregados, nomeadamente desempregados de longa duração, beneficiários de RSI e famílias monoparentais, em articulação com o GIP; 5 - Promover o empreendedorismo enquanto resposta capaz de satisfazer necessidades não colmatadas pelo mercado de trabalho, em articulação com o Gabinete de Apoio ao Empreendedor (GAE); 6 - Reforço do investimento na educação/formação, no sentido de capacitar os jovens para o empreendedorismo e/ou aquisição de competências adicionais em áreas de maior empregabilidade – educação para o empreendedorismo; 7 - Promover ações de formação e criação de cursos para aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma atividade no mercado de trabalho ou para a promoção do empreendedorismo; 8 - Promover a formação para a reconversão profissional, privilegiando áreas chave de empregabilidade; 9 - Fomentar o aumento da escolaridade da população desempregada e com baixas qualificações; 10 - Valorizar competências e conhecimentos adquiridos pelas vias formais, informais e não formais; 11 - Reforço dos serviços de proximidade e de ações que promovam o desenvolvimento dos fatores de igualdade de oportunidades;

Eixo Estratégico de Intervenção I	AÇÕES
Promoção da empregabilidade e da formação/qualificação	12 – Desenvolver estratégias que visem fomentar nos jovens a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício futuro de uma atividade no mercado de trabalho, incentivando o investimento nas atividades tradicionais da região (pesca, agricultura, salicultura, aquacultura, hotelaria); 13 – Aposta na criação e comercialização de produtos locais, pela adoção de estratégias criativas e inovadoras (ex: venda on-line)

Eixo Estratégico de Intervenção II	AÇÕES
Intervenção com Famílias: Prevenção da pobreza infantil e combate ao isolamento e à exclusão de pessoas envelhecidas e/ou com mobilidade reduzida.	1 – Promoção de ações de educação parental descentralizadas dirigidas a famílias em situação de pobreza e/ou exclusão social que visem a sua qualificação e o reforço das suas competências, reforçando o apoio e aconselhamento em situação de crise; 2 - Disseminar conhecimentos/competências/práticas facilitadoras do exercício da parentalidade positiva e do envolvimento ativo dos educadores no percurso escolar dos seus filhos/educandos; 3 - Integração social e urbana dos grupos sociais mais vulneráveis face à pobreza e exclusão social, capacitando-os para a (re)integração no mercado de trabalho, assente numa lógica de parceria/rede que fomente a inclusão social; 4 - Fomentar o desenvolvimento de prestação de serviços de interesse geral que promovam a qualidade de vida, destinados a idosos, crianças, pessoas com incapacidade e outros que se revelem de interesse local, como complemento ao trabalho desenvolvido ao nível da economia social local; 5 – Realização de atividades que promovam a construção da identidade e o desenvolvimento da consciência cívica das crianças/jovens, consciencializando para os seus direitos e deveres e para os diferentes tipos de descriminação existentes (sexo, idade, etnia/nacionalidade, orientação sexual e deficiência); 6 - Promoção de estilos de vida saudáveis junto de crianças/jovens envolvendo os recursos da comunidade local, sejam eles de carácter institucional, ambiental, recreativo ou técnico envolvendo as crianças/jovens em ações de promoção da saúde, do desporto, da cultura e da educação para a cidadania plena; 7 - Criação de estratégias descentralizadas que potenciem o sucesso escolar, sobretudo junto de crianças pertencentes a famílias socialmente desfavorecidas, através do apoio ao estudo, recorrendo para o efeito à Bolsa de Voluntariado da Figueira da Foz;; 8 - Desenvolvimento de ações socioculturais de combate à solidão e isolamento que promovam o envelhecimento ativo e a autonomia das pessoas idosas, procurando envolver os diferentes agentes sociais locais como é o caso das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e respostas municipais existentes (ex: Bolsa de Voluntariado); 9 – Desenvolvimento de projetos de voluntariado de proximidade que possam constituir um verdadeiro apoio a grupos alvo específicos (ex: população idosa); 10 – Aprofundar os conhecimentos técnicos sobre o envelhecimento e a dependência, no concelho da Figueira da Foz

Eixo Estratégico de Intervenção III	AÇÕES
***Empowerment* das populações e das entidades implantadas no município.**	1 - Realização de ações que visem formar para a cidadania (ex: educar para o ambiente, aceitação das diferenças culturais, respeito pelo outro…); 2 - Envolvimento das instituições e da comunidade na comemoração de dias festivos (ex: dia 24 de outubro - Dia da Igualdade); 3 - Apoiar a manutenção e funcionamento de instituições/associações de caracter intermunicipal que prestam apoio a grupos alvo específicos (ex: a Associação de Cuidadores Factos & Relatos); 4 - Desenvolver mecanismos facilitadores da divulgação da oferta cultural existente no município promovendo a adesão das franjas mais fragilizadas da população; 5 - Promover o conhecimento das associações/coletividades existentes no município bem como proceder à divulgação das suas áreas de intervenção; 6 - Dinamização/revitalização de equipamentos, associações, espaços comunitários, com vista à realização de atividades que visem o envolvimento da comunidade local, procurando sinergias locais que potenciem a entreajuda e fomentem o espírito comunitário; 7 – Dinamização de “Gabinetes de Apoio ao Cidadão” descentralizados, procurando desta forma criar uma resposta de proximidade que vá ao encontro das problemáticas locais mais prementes; 8 - Apoio à criação/dinamização de uma Associação de Moradores que procure constituir um recurso na resolução dos problemas sentidos pelas comunidades residentes nos bairros sociais onde essa necessidade se justifique. 9 - Promoção de estratégias que visem reduzir as taxas de abandono/insucesso escolar através do envolvimento de toda a sociedade: família, comunidade escolar, serviços públicos, associações e coletividades.